

**UNIVERSIDADE VILA VELHA-ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM
CIÊNCIAS SOCIAIS PUC-SP**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MARCELA BOURGUIGNON ACHIAMÉ

**PARA ALÉM DO *BROT*: CULTURA, IDENTIDADE E
GASTRONOMIA ALEMÃ – O CASO DO MUNICÍPIO DE
DOMINGOS MARTINS/ES**

VILA VELHA

2012

**UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**MESTRADO ASSOCIADO AO PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-
GRADUADOS EM CIÊNCIAS SOCIAIS – PUC/SP**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MARCELA BOURGUIGNON ACHIAMÉ

**PARA ALÉM DO *BROT*: CULTURA, IDENTIDADE E GASTRONOMIA
ALEMÃ – O CASO DO MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS/ES**

VILA VELHA

2012

**UNIVERSIDADE VILA VELHA-ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM CIÊNCIAS
SOCIAIS PUC-SP**

**PARA ALÉM DO *BROT*: CULTURA, IDENTIDADE E GASTRONOMIA
ALEMÃ – O CASO DO MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS/ES**

Dissertação apresentada à Universidade de Vila Velha-ES, como pré-requisito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, associado ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais PUC-SP, para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

MARCELA BOURGUIGNON ACHIAMÉ

**Orientador:
Prof^a. Dr^a. Daniëlle de Oliveira Bresciani Fortunato**

VILA VELHA

2012

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**PARA ALÉM DO BROT: CULTURA, IDENTIDADE E
GASTRONOMIA ALEMÃ – O CASO DO MUNICÍPIO DE
DOMINGOS MARTINS / ES**

MARCELA BOURGUIGNON ACHIAMÉ

Aprovado em 23 de abril de 2012.

COMISSÃO EXAMINADORA



Profª. Drª. Daniëlle de Oliveira Bresciani Fortunato

Universidade Vila Velha-ES



Profª. Drª. Maria da Penha Smarzaró Siqueira

Universidade Vila Velha-ES



Profª. Drª. Maria Cristina Dadalto

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

A178p Achiamé, Marcela Bourguignon.

Para além do brot : cultura, identidade e gastronomia alemã – o caso do município de Domingos Martins/ES / Marcela Bourguignon Achiamé. – 2012.

90 f. : il.

Orientadora: Danielle de Oliveira Bresciani Fortunato.

Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Vila Velha, 2012.

Inclui bibliografias.

1. Imigração alemã – Domingos Martins (ES). 2. Culinária alemã – Domingos Martins (ES). 3. Cultura – Aspectos sociais – Domingos Martins (ES). I. Fortunato, Danielle de Oliveira Bresciani. II. Universidade Vila Velha. III. Título.

CDD 306.098152

Dedico este trabalho aos meus alunos, à minha mãe e à minha irmã Fernanda, pelo apoio no decorrer de todo o curso de mestrado, e ao Filipe, por dar sabor à minha vida.

Agradeço:

A Deus, com amor sobre todas as coisas.

Aos meus alunos, por garantirem minha contínua reflexão e ação sobre o ensino, a aprendizagem, as diferenças e as verdades da vida.

À minha avó (*in memoriam*) e aos meus pais, pelas heranças gastronômicas e por terem transmitido a paixão pelos bons momentos ao redor da mesa.

Ao Filipe Faria, meu maior incentivador, pelo amor, por cada momento compartilhado.

À Prof. Dra. Daniëlle de Oliveira Bresciani Fortunato, minha amiga Dany, por ser minha maior incentivadora no caminho acadêmico, mostrando com sensibilidade e dedicação a importância do afeto na construção do conhecimento.

Às Profs. Dras. Lúcia Bógus e Cristina Dadalto, pelo interesse demonstrado e pelas valiosas contribuições.

Ao meu amigo Alessandro Eller, que compartilha comigo seus saberes e sabores.

A todos os amigos do dia a dia acadêmico e das panelas, pelas discussões, risadas e garfadas.

Ao Michel Caldeira, do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), pela paciência, atenção e por sempre sugerir algum caminho.

Ao Heitor, do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, pelas tardes divertidas no APEES, apesar de quentes.

À Kátia Lima da Biblioteca Pública Estadual, pela atenção.

Aos servidores da Biblioteca da UFES, especialmente os do Setor de Obras Raras, pela forma como acolheram alguém que era de fora.

A todos os membros do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo que torceram por esse trabalho.

À senhora Ilda Braum e ao senhor Joel Velten da Casa de Cultura de Domingos Martins, por contarem histórias para que eu pudesse fazer um pouco de história.

Achamos que conhecemos nossos hábitos culinários porque foram os mesmos durante séculos. No entanto, [...] percebemos que estamos nos aventurando numa terra estranha e desconhecida, onde o que é familiar foi recriado no passado recente.

Rachel Laudan

RESUMO

O Estado do Espírito Santo pode ser considerado um local privilegiado em decorrência da sua geografia marcada pelo litoral e pelas montanhas. A proximidade dessas áreas permite ao capixaba e ao turista conhecer e manter contato com a diversidade cultural do estado, vivenciando sua miscigenação, pelo menos no tocante à alimentação. Porém, pouco se sabe sobre as origens da alimentação dos capixabas – suas influências, mudanças, permanências, transformações e adaptações. Para tanto, optou-se em trabalhar com as influências da imigração alemã na culinária regional do Espírito Santo. Dados históricos e estatísticos mostram que os alemães estiveram entre os principais grupos que se fixaram na localidade entre os séculos XIX e XX. O objetivo central do estudo é desvendar quais as influências da alimentação alemã na culinária capixaba a partir do viés cultural. Buscou-se na sociologia conceitos como identidade e cultura para solidificar os referenciais teóricos do estudo. Para a pesquisa de campo, utilizou-se da história oral cuja importância foi a análise qualitativa dos depoimentos dos entrevistados. Desta forma, a presente dissertação buscou fazer um levantamento histórico para entender a essa questão sociológica.

Palavras chave: Imigração alemã, identidade, cultura, gastronomia.

ABSTRACT

The State of the Espírito Santo can be considered a privileged site due to its geography marked by the coast and the mountains. The proximity of these areas allows the Espírito Santo and tourists know and keep in touch with the cultural diversity of the state, experiencing its mixture, at least on feed. However, there isn't much knowledge little is known about the origins of the feed in Espírito Santo. And about the influences, changes, continuities, and adaptations. To this end, we chose to work with the influences of German immigration in the regional cuisine of the Espírito Santo. Historical data and statistics show that the Germans were among the major groups that settled in the town between the nineteenth and twentieth centuries. The main objective of the study was to unravel the influences of German culture in Espírito Santo's cuisine from cultural bias. We tried to sociology concepts like identity and culture to solidify the theoretical references of the study. For the field research we used the oral history which importance was the qualitative analysis of the interviewee's statements. Thus, this thesis sought to make a historical survey to understand this sociological issue.

Keywords: German Immigration, identity, culture, cuisine.

LISTA DE FOTOS

Foto 1. Parque Estadual Pedra Azul.....	65
Foto 2. Pico Eldorado.....	65
Foto 3. Orquidário Kautsky.....	66
Foto 4. Reserva Bremenkamp.....	66
Foto 5. Matriz de Santa Isabel.....	67
Foto 6. Igreja Evangélica de Confissão Luterana.....	67
Foto 7. Praça de Domingos Martins.....	68
Foto 8. Casas em Domingos Martins.....	69
Foto 9. Vista parcial de Domingos Martins em 1966.....	70
Foto 10. Vista geral de Domingos Martins em 1966.....	70
Foto 11. Casa de Cultura de Domingos Martins.....	71
Foto 12. Início da Sommerfest 2012.....	78
Foto 13. Apresentação de dança na Sommerfest 2012.....	78
Foto 14. Desfile de início da Sommerfest 2012.....	79
Foto 15. Participação das crianças na Sommerfest 2012.....	79
Foto 16. Público à noite na Sommerfest 2012.....	80
Foto 17. Apresentação musical na Sommerfest 2012.....	80
Foto 18. Concurso do Lenhador 2012.....	81
Foto 19. Rainha e Princesa 2012.....	82

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1. Logomarca da Rota do Mar e das Montanhas.....	16
Imagem 2. Folder de divulgação da Sommerfest 2012.....	77

LISTA DE MAPA

Mapa 1. A Confederação Germânica (1815).....	44
--	----

LISTA DE QUADRO

Quadro 1. Fases da imigração estrangeira no Espírito Santo.....	54
---	----

LISTA DE TABELA

Tabela 1. Imigração no Brasil por nacionalidade (1884-1933).....	59
--	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. DIÁLOGOS TEÓRICOS: CULTURA E IDENTIDADE NO CENÁRIO SOCIAL ...	19
2.1 Cultura: uma introdução aos estudos da imigração no Espírito Santo	19
2.2 Os indivíduos participam diferentemente de sua cultura.....	26
2.3 Cultura: um conceito dinâmico.....	29
2.4 A cultura como viés de identidade	31
2.5 Identidade: símbolos e representações do grupo	33
2.6 O comportamento dos indivíduos e seu pertencimento ao grupo: reconhecimento e identidade.....	38
3. CAMINHOS DA ESPERANÇA: A ANÁLISE DA IMIGRAÇÃO EUROPEIA PARA O BRASIL	41
3.1 A conjuntura europeia nos tempos da imigração: o caso da Alemanha	41
3.2 Do outro lado do Atlântico: a chegada do imigrante alemão ao Brasil.....	417
3.3 Em solo capixaba: a ocupação alemã do Espírito Santo	52
4. AROMA DE IDENTIDADE: GATRONOMIA E TRADIÇÃO NO MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS/ES	58
4.1 O Município de Domingos Martins no século XX: contexto de criação e panorama socioeconômico	58
4.2 Entre montanhas e vales: aspectos culturais do Município de Domingos Martins	63
4.3. Sabores do passado na mesa do presente: hábitos alimentares no Município de Domingos Martins – resultados da pesquisa de campo.....	71
5. CONCLUSÃO	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86

1. INTRODUÇÃO

O Estado do Espírito Santo pode ser considerado um local privilegiado, pois é possível ir de praias exuberantes a montanhas fascinantes num mesmo dia. A proximidade das áreas litorâneas e regiões de montanhas fazem desse estado um lugar primoroso e ainda permite ao capixaba conhecer e manter contato com povos, e culturas de origens diversas. É comum aos capixabas conhecerem a gastronomia da região de montanhas e também apreciarem os pratos da cozinha de frutos do mar. Em outras palavras, o capixaba vivencia a sua miscigenação cultural, certamente no tocante à alimentação.

Todavia, pouco se sabe sobre as origens da alimentação dos capixabas – suas procedências, mudanças, permanências, transformações e adaptações. Assim, considera-se instigante pesquisar quais seriam as origens dos elementos que concorrem na alimentação contemporânea dos habitantes do Espírito Santo. Como este seria um tema muito amplo, optou-se por fazer um recorte a fim de viabilizar a pesquisa. Para tanto, optou-se em trabalhar as influências da imigração na culinária do estado. Isso porque a história do Estado do Espírito Santo mostra que a região foi fortemente colonizada por europeus que deixaram suas cidades de origem na esperança de melhorarem de vida. Ainda assim, seria um trabalho exaustivo levantar todas as heranças gastronômicas deixadas pelos europeus e seus descendentes nas panelas dos capixabas. Então, optou-se em trabalhar com as contribuições da imigração alemã na culinária regional do Espírito Santo. Dados históricos e estatísticos mostram que os alemães estiveram entre os principais grupos que se fixaram na localidade entre os séculos XIX e XX.

O objetivo central do estudo foi desvendar quais as contribuições da alimentação alemã na culinária capixaba a partir do viés cultural. Neste trabalho está claro, como atesta o capítulo I, que a gastronomia é um elemento cultural da sociedade e como tal está sujeita a alterações. A gastronomia é filha do seu tempo e uma criação humana, quer dizer, pode ser moldada pelos indivíduos. Ademais, compreende-se a gastronomia como uma matéria relacionada à identidade dos sujeitos, ou seja, pelos hábitos alimentares as pessoas se identificam, se aproximam, se vêm tal como o

outro ou não. Isso porque a gastronomia é um instrumento social ligado às relações de poder. Por meio dela o indivíduo pode se sentir incluído ou excluído.

Além disso, o turismo no Espírito Santo cresce a cada dia. Novos destinos são (re)criados, seja para o turismo de negócios ou para o de passeio. Importa dizer que o Espírito Santo busca abrir suas portas àqueles que queriam conhecê-lo. Assim, é importante estudar qual imagem gastronômica o estado está passando para seus visitantes, neste caso, no tocante à culinária de ascendência alemã. O Governo do Estado do Espírito Santo dividiu os destinos turísticos em sete rotas, das quais, três delas têm acesso a partir da capital Vitória. Uma dessas rotas é chamada de “Rota do Mar e das Montanhas”. Nesse passeio o visitante tem boas lições de história e cultura associada à boa gastronomia típica alemã, uma vez que entre os municípios que compõem o trajeto está o denominado “Domingos Martins”. A área abrangida por esse município serviu como palco da ocupação alemã como se discutirá adiante. Essa rota turística possui até um símbolo facilitando a identificação turística, como exposto abaixo:

Imagem 1. Logomarca da Rota do Mar e das Montanhas



Fonte: Setur/ES

Para viabilizar a pesquisa optou-se por ir até à região de Domingos Martins para conhecer e vivenciar, mesmo que brevemente, o cotidiano dos habitantes, buscando indícios de seus hábitos alimentares, suas práticas culinárias, mas principalmente como pensa e age no tocante à preservação das tradições alemãs. Com clima de temperaturas amenas a pesquisa de campo em Domingos Martins privilegia o

pesquisador, pois alia boa gastronomia, aconchegante receptividade dos habitantes e belezas naturais fascinantes.

No tocante á teoria que iluminou os passos da pesquisa destaca-se Roque Laraia (1986) para os ensinamentos sobre a antropologia cultural e o Norbert Elias (2000) no que se refere a formulação teórica sobre estabelecidos e outsiders. A partir desses dois autores calcou-se a base teórica da pesquisa, uma vez que eles serviram como linhas para interrelacionar os conceitos primordiais do trabalho, a saber: cultura e identidade. Ambos também se destacam como referências no campo das Ciências Sociais por serem trabalhos relevantes. Sendo assim, elegeram-se como teóricos primeiros desta pesquisa. Todavia, buscou-se dialogar ainda com outros autores como Tomas Tadeu da Silva (2011) por suas incursões no universo da identidade social dos indivíduos.

Para a viabilidade da pesquisa foram feitas entrevistas, seguindo roteiros pré-elaborados com atores sociais importantes na história da região. Assim, no presente trabalho utilizou-se a metodologia de Análise Histórica apoiada em uma pesquisa bibliográfica, seguida de uma pesquisa empírica calcada na técnica de entrevista, com vistas a buscar informações referentes à questão em foco.

Desta maneira a presente dissertação encontra-se dividida em três capítulos. O primeiro capítulo é pautado na teoria na qual se calcou a dissertação, assim, buscou-se refletir sobre os conceitos de cultura e identidade a partir das relações sociais. O objetivo era relacionar tais conceitos com a imigração e a gastronomia, no caso, a culinária capixaba. Assim, abordou-se a cultura como um elemento pelo qual se pode estudar a imigração. Além disso, se debateu como os indivíduos participam diferentemente de sua cultura, uma vez que a cultura é um conceito dinâmico, logo, mutável. Debateu-se também a identidade como um símbolo e uma forma de representação do sujeito em relação ao grupo a que pertence ou está em processo de inserção. Por fim, este capítulo aborda de que forma o reconhecimento e a identidade do indivíduo refletem em seu comportamento social.

O segundo capítulo é tem uma abordagem histórica. Nele voltou-se ao passado para analisar a imigração europeia para o Brasil. Assim, explicitou-se a conjuntura pela qual passava a Europa quando da expressiva imigração para a América, destacou-

se a situação da Alemanha. Também buscou-se apresentar as diferenças entre a Alemanha e a Pomerânia e assim mostrar quais imigrantes dessa população vieram para o Brasil. E para encerrar analisou-se a ocupação alemã no solo do Espírito Santo.

O terceiro capítulo apresenta os resultados da pesquisa de campo. O capítulo inicia expondo o contexto de criação e um panorama socioeconômico do município de Domingos Martins no século XX. Em seguida, se destacou os aspectos culturais, foco da dissertação, dessa localidade. E, por fim, se debateu os hábitos alimentares de origem alemã no município de Domingos Martins, a partir da análise qualitativa dos depoimentos coletados por meio da metodologia de Análise Histórica. Assim, espera-se contribuir com os estudos históricos e sociológicos (ainda escassos) sobre a imigração europeia e as suas influências na cultura alimentar e na identidade do Estado do Espírito Santo.

2. DIÁLOGOS TEÓRICOS: CULTURA E IDENTIDADE NO CENÁRIO SOCIAL

Alemães e Italianos constituem os principais contingentes de imigrantes a desembarcarem no Brasil a partir da segunda metade do século XIX e se dirigirem para o Espírito Santo. Em solo capixaba os imigrantes, em sua maioria, foram levados para o interior, constituindo colônias em regiões ainda inexploradas e com presença indígena.

2.1 Cultura: uma introdução aos estudos da imigração no Espírito Santo

Apesar de numericamente inferiores, se comparados com o resto do Brasil, os imigrantes no Espírito Santo, proporcionalmente, ganham destaque constituindo mais 60% da população do estado (SALLETO, 2000, p. 99). Isso se deve ao isolamento vivido pela capitania e província durante os períodos colonial e imperial. Apesar das divergências em relação aos outros estados que também receberam imigrantes, como São Paulo e Rio de Janeiro, o estado guarda algumas características em comum com estes, e principalmente com os estados do Sul. Por este motivo buscamos apoio de autores que estudam estas regiões e por vezes citaremos estes estudos, podendo ser feitas até mesmo comparações. Todavia, Nara Saletto lembra bem que a afirmação repetida desses 60% de imigrantes que compuseram a população capixaba por si só não explica a composição étnica e identitária capixaba, assim como pouco revela sobre esses imigrantes, a autora afirma que:

Essa estimativa é repetida como um dado estabelecido, sem qualquer informação sobre sua origem, as fontes em que se baseia ou a metodologia utilizada. Ela surgiu num momento em que a sociedade capixaba passou a valorizar a imigração estrangeira na sua formação e as origens imigrantes de tantos de seus membros, outrora menosprezados. Trata-se de uma mudança cultural [...] (SALLETO, 2000, p. 99).

Sendo assim, neste capítulo tem-se o propósito de compreender questões teóricas de importância para a constituição de nosso trabalho, tais como cultura e identidade. Não nos eximiremos da relação deste conceito com o nosso tema, de forma a

mostrar como o estabelecimento de uma cultura (a alemã) em um território distinto, pode trazer novos elementos a esta cultura, modificando-a. Desta forma, o que se tem no Espírito Santo não é a cultura alemã, mas a cultura dos imigrantes alemães, que se distingue por elementos adquiridos e adaptados à nova realidade geográfica e espacial.

A vinda de imigrantes para o Brasil era não apenas facilitada pelo governo imperial e depois federal, mas constituía-se um projeto do governo que a incentivava, chegando por vezes até a financiar essa vinda. As propagandas em terras europeias eram também veiculadas pelo governo. Estas facilidades na imigração tinham como objetivo ocupar terras, principalmente fronteiriças no Sul e substituir a mão de obra escrava por livre. Além disto, alguns autores (SALETTTO, 1996; ROCHA 2000; CASTIGLIONI 1998; OLIVEIRA, 1975) também chamam a atenção para um projeto brasileiro que pretendia branquear a população, projeto este controverso que segue uma linha darwiniana na qual concebe a raça branca como superior (ROCHA, 2000, p. 23).

No Espírito Santo as colônias, em sua maioria, são marcadas pela presença de colonos ligados entre si pela nacionalidade ou pela religião. Como era intenção do governo ocupar as terras inexploradas foram dados 50 hectares às famílias aqui destinadas e um empréstimo em dinheiro (SALETTTO, 1996).

Cabe lembrarmos que em fins do século XIX e início do XX, a situação na região europeia que atualmente chamamos de Alemanha era precária. Guerras e perseguições políticas eram comuns, a fome e a miséria assolavam a região devido a problemas geográficos e climáticos. O que segundo Deivy Carneiro “facilitava e incentivava a imigração para o Brasil” (CARNEIRO,2004. p. 32). Essa situação incentivava a saída do território em busca de melhores condições. Conforme atesta Jochem

Estas circunstâncias fizeram com que parte do contingente populacional da Confederação dos Estados Alemães (1815-1866), da Liga Setentrional Alemã (1866-1871), dos Estados Meridionais Alemães (1866-1871), do Império Austro-Húngaro (1867-1918), do Império Alemão (1871-1918) e imediações, emigrasse para outros continentes. Entre os países receptores está o Brasil (JOCHEM, 2002, p. 17).

No Espírito Santo, estes imigrantes se instalaram na região montanhosa, onde se percebe claramente uma divisão entre colônias alemãs e italianas e uma divisão religiosa, entre católicos e luteranos. A fundação de Campinho (Domingos Martins) ilustra bem esta divisão. Imigrantes alemães católicos e protestantes foram juntos para a Colônia de Santa Isabel, que recebia assistência religiosa da igreja de Viana (católica). Os dois grupos utilizavam-se da mesma igreja, em dias diferentes, para realização de seu culto. Entretanto, devido a tentativas dos padres de conversão dos luteranos, ocorreu uma briga entre os grupos de católicos e protestantes, o que levou os protestantes a saírem da colônia e a fundarem a Vila de Campinho (BARROS, 2007).

Tal exemplo de divisão dos grupos e de necessidade de uma igreja própria por parte dos protestantes mostra bem a necessidade de preservação da cultura em solo brasileiro. Segundo os estudos de Laraia (1986) Edward Tylor foi o primeiro pesquisador a sintetizar o termo cultura, entendida como “um todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (LARAIA, 1986, p.25). Segundo Roque Laraia:

No final do século XVIII e no princípio do seguinte, o termo germânico Kultur era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa Civilization referia-se principalmente às realizações materiais de um povo. Ambos os termos foram sintetizados por Edward Tylor” (LARAIA, 1986, p.25).

Desta forma, Laraia (1986) afirma que Tylor entendia cultura como algo natural. E, como um escritor do século XIX, estava ligado ao positivismo e ao evolucionismo vigentes na época; assim, para ele, a cultura deveria ser analisada sistematicamente e poderia ser descrita em forma de leis gerais. Imbuído deste pensamento, estabeleceu uma escala civilizatória com dois extremos: um representado pelas sociedades europeias, que tinham chegado ao ápice da cultura, por meio do cientificismo e o outro pelas sociedades periféricas ainda arraigadas ao mitológico e à religião.

Segundo Laraia (1986) Franz Boas foi um opositor as ideias de Taylor, tanto que pensa o evolucionismo em termos multilinear, assim, cada povo possui uma evolução própria e particular, cabendo ao antropólogo a tarefa de observar e

reconstruir essas diversas histórias, comparando-as. Nas palavras de François Laplantine:

Assistimos ao nascimento de uma verdadeira etnografia profissional que não se contenta mais em coletar matérias à maneira dos antiquários, mas procura detectar o que faz a unidade da cultura que se expressa através desses diferentes materiais (LAPLANTINE, 1991, p.78).

E Laplantine vai além de tecer comentários sobre Franz Boas:

[...] Boas considera [...] que não há objeto nobre nem indigno da ciência. As piadas de um contador são tão importantes quando a mitologia que expressa o patrimônio metafísico do grupo. Em especial, a maneira pela qual as sociedades tradicionais, na voz dos mais humildes entre eles, classificam as atividades mentais e sociais, deve ser levada em consideração. Boas anuncia assim a constituição do que hoje chamamos de etnociências (LAPLANTINE, 1991, p.78).

Já Geertz (1973) parte do raciocínio de Max Weber no qual ele diz que o homem está preso a uma teia de significados por ele mesmo criada (GEERTZ, 1973). Para o autor esta teia é justamente a cultura, que deve ser analisada pelos antropólogos de forma a desvendar os significados, estabelecendo relações entre si. Contudo, como algo público, a cultura, a teia, não possui autor particular; seus criadores não podem ser identificados.

Apesar das discussões e discordâncias entre antropólogos, há certo consenso de que “culturas são sistemas de padrões de comportamento que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos [...]” (LARAIA, 1986, p. 59). A discussão entre os antropólogos gira em torno de que tipo de sistema se trata. Para alguns, como Goodenough, é um sistema cognitivo, ou seja, “cultura é um sistema de conhecimento; consiste em tudo aquilo que alguém tem de conhecer ou acreditar para operar de maneira aceitável dentro de sua sociedade” (LARAIA, 1986, p. 61). Para outros, como Lévi-Strauss, é estrutural, sendo formada por “um sistema simbólico que é uma criação acumulativa da mente humana” (LARAIA, 1986, p. 61). Já para uma terceira vertente defendida por Geertz e Schneider, a cultura é um sistema simbólico; assim, “deve ser considerada não como um complexo de comportamentos concretos, mas como um conjunto de mecanismos de controle [...] para governar o comportamento.” Geertz afirma ainda, que “todos os

homens são geneticamente aptos para receber um programa, e este programa é o que chamamos de cultura” (LARAIA, 1986, p. 63).

Neste trabalho, buscamos perceber a cultura como uma questão não estática, oposta ao pensamento estrutural de Lévi-Strauss. Acerca do estruturalismo entende-se como sendo:

[...] uma espécie de refinamento do funcionalismo. Mas ambos possuem modelos de abordagem que permitem explicar o aspecto sincrônico da cultura; ou seja, tanto o funcionalismo e o estruturalismo de Lévi-Strauss defendem a tese da possibilidade de explicação da cultura e da sociedade sem uma incursão necessária na história. E ainda são constituídas por uma análise sistemática e características do positivismo (Silva et al, 2003, p.6).

Especificamente sobre o estruturalismo ele diz que:

A partir do conceito fundante de estrutura, tal como utilizado na acepção corrente da linguística saussuriana, o que se processa é uma busca profunda de reformulação do cenário das ciências humanas. De sua formação inicial eminentemente filosófica, esse autor migrará, posteriormente, para o campo da Antropologia, ou como ele se refere, para a Etnologia. [...] Lévi-Strauss é distinguido entre os intelectuais do seu próprio país como expoente máximo do Estruturalismo, uma palavra que passou a ser usada como se denotasse toda uma nova filosofia de vida, em analogia ao Marxismo ou Existencialismo. O estruturalismo levi-straussiano trama-se em um contexto a que se aliam empréstimos feitos à Linguística estrutural e uma rígida ruptura com a compreensão histórica. Basta-se alcançar a estrutura subjacente para se estabelecer uma explicação universal válida. Para ter sucesso nesse projeto Lévi-Strauss assume o método linguístico aprendido diretamente de Roman Jakobson, quando da estada de ambos na New Scholl for Social Research, em Nova Iorque, na década de 40. (BUSADIN, 2010, p.1).

Aproximamo-nos de Clifford Geertz ao perceber que a cultura governa a forma de agir, e como uma teia, prende o homem a símbolos em códigos de conduta e comportamento que ele deve aprender e se esforçar para atingir. Segundo Danilo Meira, para Geertz

[...] todas ou virtualmente todas as correntes teóricas que tentaram localizar o homem no conjunto de seus costumes adotaram uma tática de relacionar os fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais entre si, denominada por ele como concepção estratigráfica. A estratigrafia compreenderia o homem como a sobreposição destes incontestáveis fatores em camadas completas e irreduzíveis. Os fatores culturais, neste conceito de estratificação hierárquica, não se

misturam com os demais fatores, pressupondo uma relação de independência, criando a imagem de um homem que, embora racional, estaria nu em relação aos seus costumes (MEIRA, 2008, p.1).

Nas palavras de Geertz:

O conceito de cultura que eu defendo é essencialmente o semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significado que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significado (GEERTZ, 1989, p. 4)

Geertz entende a cultura como um "contexto", ou seja, sua descrição densa decorre da descrição inteligível dos comportamentos, acontecimentos sociais, instituições, processos (GEERTZ, 1989, p. 24). Assim, pode-se dizer que os imigrantes que vieram para o Brasil possuíam uma cultura, mas que foi modificada pelas novas condições geográfico-espaciais na qual eles foram estabelecidos, dando origem a novas relações.

Como nos mostra o trabalho de Ellen Woortmann (1995), que percebe o estabelecimento de uma memória pelos colonos imigrantes que se inicia com a vinda para o Brasil, não levando em consideração a saída da Europa, suas histórias (memórias) iniciam-se com a travessia do mar e as dificuldades do estabelecimento da colônia. Segundo a Woortmann (2000), apesar da manutenção das tradições, dos costumes, como a língua e o direito de herança por primogenitura, há um rompimento do laço familiar entre os parentes do além-mar e os que se instalavam em solo brasileiro. Para a autora, tal rompimento devia-se, sobretudo às dificuldades que estavam vivendo na Europa e às disputas políticas. Além do mais, o costume alemão de primogenitura, ou seja, apenas o primogênito herdava as terras do pai, fez com que muitos dos imigrantes vindos para o Brasil eram justamente filhos deserdados que vinham em busca de terras juntamente com suas esposas e filhos. Pois se sabe que as leis brasileiras apenas davam condições de propriedade aos imigrantes pais de família. Nas palavras de Woortmann:

[...] a emigração não era um projeto individual. Pelo contrário, era um projeto que envolvia não apenas a família imediata do migrante, mas sua parentela mais ampla e vizinhos, como também veio a ocorrer mais tarde com a emigração de japoneses para o Brasil. Em geral migravam conjuntos de pessoas aparentadas entre si ou da mesma aldeia, às quais se agregavam solteiros (Woortmann, 2000, p. 210).

Assim, o estabelecimento no Brasil era o início de uma nova vida, em terras novas. A antiga vida não tinha mais importância. Woortmann (2000) nos mostra que enquanto o elo entre a porção europeia e a brasileira estava presente, ou seja, enquanto o indivíduo que emigrou estava vivo, havia comunicação. Quando este indivíduo falece esta comunicação é cortada. Além disto, os planos de retorno à terra deixada não são perceptíveis nas primeiras gerações nascidas no Brasil, apenas atualmente se tem buscado o retorno e o conhecimento desta história.

Nesta nova terra, cultura e hábitos antigos são modificados ou ajustados. A culinária, particularmente precisa se adaptar às novas condições climáticas e de produção. Prova disso são os pães, por exemplo, que devido à escassez de trigo nas colônias passam a ser produzidos com mandioca, banana, milho e outros ingredientes mais propícios e mais abundantes na nova terra, dando origem ao *brot* alemão. Aos amantes dessa iguaria ou àqueles que não a conhecem, segue abaixo a receita do *brot*.

Ingredientes para o *brot*

- 6kg de fubá
- 1 kg de cará branco ralado
- 500 g de batata doce ralada
- 500 g de inhame ralado
- 1 litro de água morna
- 2 colheres de sal
- Fermento natural
- Açúcar mascavo e banana para o recheio

Modo de Preparo:

Para preparar o fermento, basta misturar fubá e água. O fubá deve estar molhado, mas não encharcado. São necessárias 24 h para fermentar.

Adicione o sal e a água morna aos ingredientes ralados (cará, batata doce e inhame). Vá juntando o fubá aos poucos para dar ponto na massa.

Por último, acrescente o fermento e mexa até que a massa esteja desgrudando das mãos. Em seguida, deixe-a descansando por 1 hora. Enquanto isso, corte as folhas de bananeira para enrolar a massa.

Ponha a massa já enrolada nas folhas de bananeira no forno pré-aquecido por 1 hora.

Vale mencionar como Woortmann trabalha o conceito de memória social aplicada ao caso dos imigrantes:

A construção da memória social não é sempre um processo espontâneo. Existem os “guardiães da memória”, aqueles que “editam” o que deve ser dito e lembrado. Um deles é o mencionado pastor Ehlers. A cultura é uma teia de significados da qual a memória é um componente, parte e produto ao mesmo tempo. No caso dos colonos ela começa a ser tecida no momento da instalação a partir de fios tramados por esses guardiães. São eles que escolhem os fios e a padronagem, do que resulta não simplesmente uma memória, mas uma memória adequada. Se há guardiães há também construtores, que são ao mesmo tempo modeladores. O trabalho realizado por historiadores, genealogistas etc., no sentido de formar um todo coerente é um “trabalho de enquadramento da memória” (Woortmann, 2000, p. 235).

Portanto, a cultura não pode ser compreendida de forma estática, sendo importante percebermos as relações e interações entre diferentes culturas e diferentes indivíduos capazes de articular ou de rearticular questões. No nosso caso a vinda de imigrantes para o Brasil foi capaz de rearranjar uma cultura, dando origem a novas relações. Mas isto apenas foi possível graças à heterogeneidade de indivíduos que imigraram, indivíduos estes que possuíam relações distintas com a sua cultura, com veremos a seguir.

2.2 Os indivíduos participam diferentemente de sua cultura

Além das mudanças culturais produzidas pela adaptação ao novo estilo de vida é preciso compreender que os indivíduos participam diferentemente de suas culturas. De acordo com Laraia, “os indivíduos se relacionam com a sua cultura de forma limitada” (1986, 80). Isto se mostra claro ao pensarmos nas diferenças biológicas, tanto sexuais quanto etárias. Homens e mulheres possuem funções diferentes na sociedade, na maioria delas, a mulher possui sua vida limitada ao campo doméstico e o homem ao público (FARGE, 2011).

Crianças, jovens, adultos e velhos, também possuem funções diferenciadas, mas a divisão destas fases da vida também é cultural. Crianças e jovens ainda estão em processo de aprendizado, de inserção na cultura; assim, possuem um acesso restrito a ela. Já os velhos estão cansados e fragilizados, possuem cargos de

liderança, são geralmente os anciãos e não precisam mais fazer esforço físico já que sua idade avançada os torna frágeis. Assim, o trabalho de manter a sociedade passa a ser tarefa dos adultos. Esta divisão funciona até mesmo em sociedades complexas como a nossa; entretanto as formas de divisão dessas etapas da vida são diferentes – nós dividimos de acordo com a faixa etária, aos 15 anos deixa-se de ser criança, aos 30 de ser jovem e aos 60 torna-se velho. Outras sociedades utilizam-se de rituais, ou de questões biológicas para fazer essa divisão, como a menstruação no caso feminino, que faz da menina mulher capaz de gerar descendentes (FARGE, 2011).

Apesar de diferentes formas de divisão esta classificação é importante em uma sociedade, pois define os diferentes papéis que um indivíduo pode exercer de acordo com a força física, agilidade, e pelo acúmulo de experiência. Desta forma, um ancião deve ser uma pessoa mais velha, pois este já acumulou experiência de uma vida inteira e não mais possui capacidade física e agilidade para trabalhos pesados, como aquele desempenhado nas atividades agrícolas. Em nossa sociedade, para se candidatar ao Senado é necessária uma idade mínima de 35 anos, ou seja, julga-se necessário o acúmulo de um mínimo de experiência para exercer a função.

Além da diferenciação por questões biológicas (sexo, força física) e pelo desenvolvimento cognitivo (acúmulo de experiência) os indivíduos se inserem na cultura de acordo com sua capacidade de dominar certos aspectos dela. Pois de acordo com Laraia (1986) nenhum sistema de socialização é perfeito e nenhum indivíduo é perfeitamente socializado. Portanto, para o autor um indivíduo compreende alguns aspectos de sua sociedade e é ignorante para com o restante; assim, pressupõe-se que um médico compreenda perfeitamente assuntos ligados à medicina, entretanto seja um ignorante em física. (LARAIA, 1986.p.70)

O que importa, segundo o autor, é que um indivíduo possua o mínimo de conhecimento de sua cultura capaz de permitir que se relacione com a sociedade. Este conhecimento mínimo é capaz de prever certa regularidade das situações e conseguir responder a elas. Por exemplo, se alguém lhe estende a mão, fica claro que é para cumprimentar, uma quebra ao comportamento decorrente do não conhecimento gera uma falta de comunicação. Entretanto, o autor salienta que não

apenas as quebras de padrão são um problema, mas que, como a sociedade não é perfeita, às vezes o padrão não cobre todas as situações possíveis.

Desta forma, os imigrantes que vieram para cá estavam inseridos em sua cultura no território alemão de forma distinta, pois possuíam funções e conhecimentos distintos. No entanto, cabe ressaltar que em sua maioria os imigrantes eram camponeses, portanto, participavam de uma cultura rural, e compreendiam bem os mecanismos de plantio.

Entretanto, os camponeses não foram os únicos a virem para o Brasil. Ellen Woortmann (2000), nos mostra em sua pesquisa que os imigrantes vindos para o Brasil eram muitas vezes trabalhadores liberais fugidos de perseguições políticas. Alguns trabalhadores das recentes fábricas instaladas na Europa também se dirigiram para o Brasil. A maioria destes era letrada, contudo existia uma parcela analfabeta. Apesar da maioria se constituir de famílias, existiam também solteiros e jovens. (WOORTMANN,2000.p.210)

De acordo com a autora, esta heterogeneidade na imigração se deve, sobretudo, a uma política brasileira de busca por modernização das cidades. Assim, muitos trabalhadores liberais e artesãos (ferreiros, marceneiros, tecelões etc.) foram recrutados para vir para o Brasil. Até mesmo membros da pequena nobreza empobrecidos ou sem direito a herança vieram para o país. Muitos destes intelectuais, médicos, trabalhadores rurais ou nobres tornaram-se líderes ou membros de destaque nas colônias. Entre estes, alguns até conseguiam trazer uma soma razoável de dinheiro. Esses imigrantes, segundo a autora, não foram trabalhar no campo como os demais. Tratava-se de uma elite que contribuiu para aumentar a diversidade socioeconômica e cultural nas regiões de colonização alemã.

Desta forma, estes imigrantes de origens sociais distintas traziam hábitos diferentes. A autora já citada, também relata que as famílias eram de origens distintas e que não se conheciam até chegar ao Brasil. Desta forma, sua relação teve início no Brasil, assim como o estabelecimento de uma memória e de uma cultura comum, qual seja: a cultura do imigrante alemão.

2.3 Cultura: um conceito dinâmico

A cultura é dinâmica. As sociedades, portanto, assim como os indivíduos não são totalmente independentes e se relacionam uns com os outros. As mudanças culturais dependem dessas relações entre as sociedades, e de que forma elas ocorrem, podendo ser pacíficas ou violentas.

A chegada dos portugueses ao Brasil, por exemplo, deu origem a uma transformação da sociedade indígena que aqui existia de forma violenta e abrupta, pois os nativos foram exterminados e aculturados. Contudo, não podemos deixar de levar em conta que os portugueses que aqui se estabeleceram, também tiveram sua cultura modificada pela incorporação de hábitos indígenas e até mesmo pela adaptação ao solo e à geografia diferenciada. Outro exemplo de violência foi o estabelecimento dos entrepostos portugueses na África. O incentivo à guerra entre as tribos fez com que os portugueses conseguissem mais escravos, uma vez que as elas brigavam entre si e seus inimigos vencidos acabavam sendo capturados e levados para regiões costeiras, entregues às mãos de traficantes africanos de escravos que os negociavam com os lusitanos. Assim, os negros vinham para o Brasil de forma violenta e trouxeram consigo sua cultura que deixaram de herança. Fruto desta mistura cultural, podemos citar a influência em vários pratos típicos da culinária brasileira, como a moqueca, o feijão tropeiro, o vatapá e o uso do azeite de dendê.

Cabe registrar que a mudança pode ocorrer também pelo encontro pacífico entre as culturas, que pode ocorrer pela troca comercial ou até mesmo pela migração. Os imigrantes italianos, por exemplo, ao contrário dos negros, vieram por livre escolha, e introduziram hábitos culturais e principalmente alimentares no Brasil, por exemplo, a polenta, o consumo de tubérculos como a batata e de massas. Outro exemplo é o já citado brot alemão, que na falta da farinha passa a ser feito com milho ou tubérculos como a batata e a mandioca.

Para Laraia essa divisão entre contato pacífico ou violento determina a velocidade de mudança da cultura. Desta forma, a mudança na cultura indígena e negra foi rápida e traumática, devido ao grau de violência com que foram tratados pelos

brancos, que por sua vez, também tiveram sua cultura modificada por este contato; entretanto, como eram os dominadores essas mudanças foram mais tênues e lentas. Já no caso da imigração italiana e alemã para o Brasil, como as colônias, principalmente no Espírito Santo, ficaram localizadas em regiões isoladas as mudanças foram mais sutis. Prova disso é que o português era língua desconhecida para muitos dos imigrantes e ficou assim até uma lei, no governo de Vargas, obrigar as escolas a ensinarem o português aos seus alunos. E ainda hoje, em Santa Maria do Jetibá, por exemplo, é possível encontrar pessoas que preservam os inúmeros dialetos falados na Europa do Oitocentos, sendo a cidade considerada bilíngue. Tanto que são requisitados intérpretes para aqueles que desconhecem o português, conforme atestado na pesquisa de campo e explorado no terceiro capítulo desta dissertação. (LARAIA,1986. p.77)

Portanto, as culturas europeias que vieram para o Brasil não se mantiveram intactas, tendo sido alteradas pelas mudanças geográficas e climáticas, dando origem a novos hábitos introduzidos ou transformados devido à necessidade de desbravar a terra ainda inóspita e habitada por botocudos; a dificuldade de produção de gêneros alimentícios próprios a Europa exigindo assim uma modificação no hábito alimentar, e até mesmo nas técnicas de produção.

A exigência de novos rearranjos das famílias e o contato com indivíduos de diferentes regiões, com diferentes histórias e inseridos diferentemente na cultura também produziu mudanças. Como colocamos, as dificuldades vividas na Europa e os laços com a família de além-mar foram rompidos. Era o estabelecimento de um novo agrupamento familiar, que tinha início com a vinda para o Brasil.

Este novo modelo familiar possuía uma nova organização, se expressava na língua de um novo patriarca que dava origem a uma memória, a memória da vinda e do estabelecimento no Brasil, com suas peripécias, desde o embarque na Europa até a luta pela sobrevivência na terra inóspita. Tinha-se assim o início do mito de fundação dessas famílias. As que aqui chegavam eram compostas por pai, mãe e filhos. Filhos estes que cresceriam em novas terras e necessitariam de companheiros para dar continuidade ao núcleo familiar. Assim, percebe-se uma preocupação destes pais em arrumar filhos de uma mesma descendência e de uma mesma origem religiosa, chegando por vezes a “importar” indivíduos destinados a se casarem com

seus familiares. Ao agir dessa forma, percebe-se uma intenção desses pais em manter certa tradição familiar. Tradição esta que veio de navio, mas que também se modificou nas novas terras.

Desse modo, percebe-se a tentativa de preservação da cultura pela manutenção de certos hábitos e práticas alimentares e sociais, uma vez que se busca reproduzir, mesmo que com ingredientes distintos, a culinária alemã. Um claro exemplo desta tentativa de preservação da identidade são os casamentos entre indivíduos de uma mesma vertente social e religiosa e a manutenção da língua alemã.

Contudo, o dinamismo e a mudança também são perceptíveis. Na tentativa de adaptação ao clima, ao solo e às novas relações, mudanças culturais e substituições são efetuadas. Ingredientes comuns à culinária alemã, como o trigo, são substituídos pelo milho, pela mandioca e por outros tubérculos. A linguiça e a salsicha em terra brasileira adquirem novos temperos e composições. As geleias e doces, como a fruta cristalizada, ganham frutas tropicais.

É preciso destacar, mais uma vez, que essas mudanças apesar de perceptíveis são lentas, devido ao isolamento destas comunidades, que tinham pouco contato com a capital Vitória. Assim, essa sociedade é pouco dinâmica e suas mudanças devem-se mais às dificuldades de adaptação na nova terra do que ao contato com outras sociedades.

2.4 A cultura como viés de identidade

Se compreendermos que a cultura inclui, como diria Geertz, “toda uma teia produzida pelas relações sociais entre os homens, a cultura é tanto compreendida em seu caráter imaterial, quanto em sua expressão material” (1989, p. 42). Desta forma, artes, música, relações cotidianas e formas de relacionamento, hábitos e prática, tudo isto abrange o campo da cultura.

Como destacado antes, os indivíduos se inserem na cultura de forma diferenciada. As questões biológicas são os principais divisores de inserção na cultura, mas fora isso, a inserção cultural nunca é total. Sempre existe um campo cultural, ou algum aspecto da cultura que é desconhecido pelos indivíduos. Mostra-se necessário para a inserção de um indivíduo em uma sociedade, o conhecimento de elementos mínimos que o permitam interagir.

Desta forma, ao desconhecer elementos mínimos de uma sociedade, como as regras sociais, os códigos morais e as normas de convivência (BASTOS, 2009) o indivíduo se vê excluído dela, gerando um sentimento de não pertença. Os indivíduos que pertencem à determinada sociedade, e assim conhecem seus códigos formais e informais (BASTOS, 2009) possuem entre si um sentimento de pertença a uma mesma sociedade, um sentimento de identidade entre eles (ELIAS, 2000).

Ver-se-á melhor a seguir como funciona a formação da identidade. Por enquanto, basta-nos compreender que a falta total de conhecimento de uma cultura gera um sentimento de aversão e uma discriminação por parte dos pertencentes à cultura, que possuem a diferenciação de partilhar algo, uma identidade, de forma a excluir dela os demais.

Assim, os colonos que se instalaram no Espírito Santo tinham uma cultura diferente da tradicional cultura capixaba oitocentista, predominante na região da capital, conforme descrevem Eller e Pinheiro

“Mesmo com um porto singelo, característico das pequenas localidades do passado, Vitória recebia do além-mar produtos vindos da Europa e África, em sua maioria. Vinhos portugueses, azeites espanhóis, especiarias africanas e até louças orientais. Essas mercadorias desembarcavam nos portos cariocas (melhor estruturados) e devido a proximidade com o Espírito Santo, chegam nesse solo. Nas lojas de secos e molhados, como eram chamadas as “vendas” da época, vendia-se cortes de chita, de cambraia, panos vindos da Holanda, tecidos de seda, linhas, agulhas, incenso, polvilho inglês, salsa parrilha, alfazemas e até caneca da Índia [...]” (ELLER; PINHEIRO, 2012, p. 5).

Os colonos europeus possuíam uma língua, uma culinária, uma tradição e uma história diferenciada. Não apresentavam nenhum laço de identidade com a cultura aqui já estabelecida e possuíam uma dificuldade de comunicação, por falarem uma

língua distinta. Essas dificuldades culturais geravam um afastamento destas culturas e um isolamento dos colonos em suas comunidades.

Dentro de sua comunidade, que era formada em sua maioria (em terras capixabas) por indivíduos provenientes de uma mesma região (como os pomeranos) que falavam a mesma língua, possuíam mesmos hábitos e a mesma religião, os colonos sentiam-se pertencentes a esta cultura, e excluídos da estabelecida.

Um exemplo concreto desta relação de pertencimento e exclusão são os casamentos dentro de uma mesma colônia, e algumas vezes até mesmo entre parentes, chegando a extremos, conforme já mencionados, de importar os cônjuges da Alemanha. Dessa forma, eram mantidas a identidade, a cultura da comunidade e do grupo familiar.

As tradições alimentares, com suas devidas adaptações às terras tropicais, eram passadas para os filhos. E mesmo as técnicas de plantio, adaptadas ou não, eram passadas de geração em geração. Assim, dava-se a continuidade da cultura, e o sentimento de pertencimento a esta terra vinha justamente da capacidade que cada indivíduo tinha de apreendê-la e da função que ele exercia na sociedade local.

2.5 Identidade: símbolos e representações do grupo

Já que estamos falando de identidade mostra-se necessário melhor conceituá-la. Kathryn Woodward (2004) no livro *Identidade e diferença* mostra que a identidade depende de algo fora dela para existir, ou seja, da diferença. “A diferença é justamente a negação da identidade, o que ela não é, mas que fornece condições para que ela exista” (WOODWARD, 2004, p. 78).

A identidade é marcada por meio de símbolos que são uma associação entre a identidade pessoal e as coisas que ela usa. Sua construção é tanto simbólica quanto material, uma vez que sua disputa tem causas e consequências materiais.

A representação, que atua simbolicamente classificando as coisas, é um processo cultural que estabelece identidades individuais e coletivas. Assim, os discursos e os

sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se aproximar e a partir dos quais podem falar. São os sistemas simbólicos que dão sentido às divisões e às desigualdades sociais e à forma pela qual alguns grupos são excluídos e estigmatizados.

A identidade é fabricada pela marcação da diferença o que ocorre tanto de forma simbólica de representação quanto por meio da exclusão social. A diferença é o que separa uma identidade de outra, estabelecendo distinções na forma de oposição (“nós” e “eles”) que constituem um sistema classificatório. A identidade e a diferença produzem categorias (ou fronteiras simbólicas) que definem as práticas culturais que são ou não aceitas, sendo os indivíduos transgressores relegados à condição de “forasteiros”. Tais sistemas classificatórios têm o objetivo de manter a ordem (HALL, 2006).

A oposição binária (nós e eles) na qual a identidade e diferença estão baseadas é marcada por uma relação de poder uma vez que recebem pesos desiguais. A marcação da identidade (e da classificação) e o direito de legitimar as representações são do grupo de maior poder.

Tomas Tadeu da Silva (2011) corrobora o conceito de identidade mostrado por Kathryn Woodward, afirmando que a identidade e a diferença são inseparáveis, só havendo sentido a afirmação de uma identidade pela existência da diferença e vice-versa. Contudo a diferença antecede, pois ela é a origem, é o processo pelo qual tanto a identidade quanto a diferença são produzidas.

Deve-se ter em conta que a identidade e a diferença não são inocentes e nem inatas, elas são resultado da ação das relações de poder. A marca da presença do poder no processo de diferenciação apresenta-se de quatro formas. A primeira consiste em excluir ou incluir: quem pertence ao grupo dominante tem o poder de incluir indivíduos no grupo ou excluí-los. A segunda é a demarcação de fronteiras, ou seja, a distinção entre os indivíduos que pertencem ao grupo e os que não pertencem. A terceira se relaciona à classificação, onde se opõem os inclusos no grupo aos excluídos, dando-se maior valor aos inclusos. A última é a normalização, que consiste em eleger uma identidade determinada como a norma.

Para Tomaz Tadeu da Silva (2011, p. 32), “a identidade e a diferença estão associadas à representação pela dependência, pois é por meio delas que adquirem sentido”. A representação está vinculada a um sistema de signos, são traços visíveis, marcas externas e materiais, que dão sentido à identidade, sendo assim, quem tem o poder de representar, tem o poder de definir a identidade.

Já Norbert Elias (2000), em seu livro *Os estabelecidos e os outsiders*, nos mostra por meio de uma realidade empírica, que a identidade é estabelecida pela identificação de um grupo com normas comuns, e com uma história ou uma memória comum, gerando assim uma coesão do grupo estabelecido que define sua identidade e exclui os que não partilham dela, marginalizando-os, estigmatizando-os.

A exclusão e a estigmatização eram armas poderosas para preservar a identidade e afirmar a superioridade dos estabelecidos. Uma das formas de exclusão é o alto poder de coesão do grupo que faz com que funções de poder elevado e destaque fossem reservadas ao grupo de estabelecidos. Já quanto à estigmatização, uma das formas é atribuir as características ruins da pior parte do grupo de outsiders a todo o grupo e, em contraste, os estabelecidos tendem a se modelar em seu setor exemplar. Outra forma de estigmatizar é a anomia, ou seja, tratar como anômalos o grupo outsiders os percebendo como indignos de confiança, indisciplinados e desordeiros. A impureza também é um estigma comum aos outsiders (ELIAS, 2000).

Com este estudo Elias (2000) demonstra que a relação de dominação vai além da diferença étnica e racial e decorre, na realidade, da superioridade de poder dos estabelecidos. Contudo, as relações étnicas e raciais são um tipo particular de relação de poder entre estabelecidos-outsideers, sendo as diferenças físicas uma desculpa para a exclusão, e quando estas não existem usam-se roupas e objetos para ter-se uma distinção.

As tensões e conflitos entre os dois grupos podem ser latentes ou abertos, contudo de ambas as formas ele apenas acontece, pois, há um vínculo duplo entre os grupos. Sem uma função social os outsiders são eliminados ou postos de lado. Já quando os outsiders são necessários de alguma forma aos estabelecidos o vínculo entre eles aumenta e se faz aberto. E a manutenção deste vínculo e do poder dos

estabelecidos, muitas vezes, lhes conferem vantagens, sejam elas econômicas, materiais, sociais ou outras (ELIAS, 2000).

Por fim, é preciso considerar que um grupo coeso exerce sobre seus membros alto grau de controle, assim, dificulta a quebra do tabu. Isso por que, a opinião do grupo tem grande influência sobre os membros, uma vez que o desvio ou a suspeita do desvio é punido com a perda de poder e rebaixamento de status dentro do grupo, podendo levar até mesmo a exclusão. Portanto, a autoimagem ou a autoestima de um indivíduo está ligada ao que seus pares pensam dele.

Desta forma, percebemos que os autores estudados estão de acordo com o conceito de identidade, percebendo-o como uma relação entre dois grupos onde há um diferencial de poder e o grupo de maior poder passa a estabelecer os padrões, as normas e a classificar segundo estas excluindo aqueles que não as seguem. Para todos os autores, a classificação se baseia no binômio “eu/outro” sendo o eu visto como a norma, o padrão. Contudo, o estabelecimento da identidade apenas é possível pela existência da diferença, sendo os dois conceitos interdependentes. Sendo assim, a identidade é vista como uma questão simbólica de representação. Estão certos de que estas relações não podem ser percebidas fora de seu contexto histórico e social. Assim, apesar do alto grau de isolamento, as colônias alemãs não eram totalmente isoladas e possuíam relações, principalmente de trocas comerciais com outras cidades e principalmente com a capital. Esta relação era bastante complexa. Como já colocamos, os colonos foram trazidos para o Brasil no intuito de povoar o território, e branquear a população, assim estavam em melhores condições que os negros e índios. Havia recebido terras e até ajuda do governo para se instalar. Contudo, esta ajuda não era satisfatória, mesmo assim ainda passavam por muitas dificuldades para desbravar o território, principalmente, na relação com os índios.

É justamente nesta relação entre território inóspito, cheio de índios que a identidade do colono e do imigrante alemão se estabeleceu. Assim, o desbravador torna-se o herói, construído de uma civilização em meio à mata ainda virgem, capaz de derrotar os temidos botocudos. É a partir desta história, deste mito fundador, do binômio colono x natureza (índio) que a identidade do imigrante é construída.

Esta história comum de chegada ao Brasil e estabelecimento em terras difíceis, juntamente com o reconhecimento de uma cultura comum pelos imigrantes de uma mesma colônia tornam alto o grau de coesão deste grupo. Foi justamente esta relação que permitiu a manutenção das práticas culturais e limitou a incorporação de novas práticas.

Entretanto, apesar do alto grau de coesão destas colônias vários fatores levam à exclusão de determinados indivíduos. Um destes fatores é a continuidade da tradição de primogenitura, o que leva alguns filhos a buscar novas oportunidades na capital ou em outras cidades do estado. A perda de terras por motivos diversos como a dívida também os estimularam a deixar o campo.

A valorização destas tradições tem criado um movimento ambíguo. A valorização da tradição e da região de montanhas tem levado a um crescente aumento do número de turistas na região e da valorização imobiliária. Assim, a preservação da cultura se tornou um artigo de comércio, sendo incentivando a manutenção, mas ao mesmo tempo criando novas tradições. Um exemplo disto é a Sommerfest, uma festa para manter as tradições alemãs, mas que foi introduzida no estado apenas na década de 1980, numa tentativa de retorno às origens por parte dos descendentes e da manutenção da cultura, ao longo deste trabalho será abordado de forma mais explícita sobre este evento.

Esta valorização também tem ajudado a preservar a cultura, por meio das músicas e danças típicas dos imigrantes. Além da língua, como no caso do dialeto pomerano o qual ainda é conservado em poucos lugares, sendo o Espírito Santo um deles. Tão grande é a relevância que o dialeto pomerano falado em solo capixaba está sendo estudado por linguistas e já ganhou até dicionário, e agora está retornando às escolas da região, pois apenas os mais velhos guardavam a tradição que tinha o risco de se perder com o seu falecimento.

Na culinária, vários restaurantes na região de montanhas guardam as receitas tradicionais dos imigrantes. Em cafés e lanchonetes é possível também apreciar o café colonial, que segue toda uma tradição de preparo, que resultam nos doces, bolos e pães caseiros. Como exemplo podemos citar os restaurantes e cafés: Café com Prosa; Adega Alemã Schwambach, Café Koheler, Restaurante Caminho do

Imigrante, Restaurante Grossmutter, Restaurante Opashaus, Restaurante Bier Garten, Restaurante Fritz Frida, todos localizados na cidade de Domingos Martins.

2.6 O comportamento dos indivíduos e seu pertencimento ao grupo: reconhecimento e identidade

É a partir dessa percepção da identidade como uma relação entre grupos, no qual cada um possui uma relação em comum, uma história, que lhes confere uma identidade, que podemos entender o sentimento de pertença ou não ao grupo, e consequentemente à determinada cultura.

Um indivíduo apenas pode pertencer a um grupo se ele se reconhecer na autoimagem deste grupo, ou seja, se preservar os mesmos hábitos, as mesmas histórias e principalmente os mesmos tabus. Um indivíduo outsider, um excluído desta sociedade não conserva estes hábitos muitas vezes porque, por não fazer parte dela, não conhece as regras culturais e os tabus, gerando assim conflitos sociais e culturais que, como resultado, o levam à exclusão do grupo.

Elias (2000) mostra, a partir de seu trabalho sociológico, que a coesão grupal por meio de uma mesma história é um agente de exclusão. Assim, os imigrantes se reconhecem na história em comum da saída de sua terra natal e vinda para um território desconhecido, muitos fugidos de péssimas condições sociais. Imigrantes italianos e alemães vindos para o Espírito Santo se reconhecem em uma história comum de saída de suas terras, contudo se diferenciam em hábitos, em cultura.

Desta forma o comportamento de um indivíduo é guiado de acordo com seu grau de inserção nesta sociedade e com a função que nela ocupa. E mais, sua inserção depende da obediência ou não ao tabu estabelecido. Nessa sociedade formada por considerável quantidade de imigrantes alemães, o sentimento de pertença estava na origem comum de seu patriarca: um imigrante alemão vindo para o Brasil em busca de melhores condições e que ao se estabelecer aqui encontrou inúmeras dificuldades. Essa tradição, esse mito fundador, essa história comum gerou nos descendentes um sentimento de pertença e uma coesão grupal. Que favoreceram a

perpetuação de hábitos e costumes de origem alemã, mas que tiveram que se adaptar às novas relações.

Assim, faz parte desta construção da identidade alemã o chucrute, a cerveja, a linguiça, a salsicha, o brot, os doces e vários outros elementos “importados” da culinária alemã, mas que ganharam novos ingredientes e se adaptaram as novas condições.

A busca pelos ancestrais alemães pela história integral, pela história da saída do continente europeu é bastante recente. Como nos mostra Woortmann,

[...] para aqueles que atravessaram o Atlântico no século passado, a viagem não tinha volta; emigrar era um processo irreversível. Para seus descendentes camponeses, até hoje, ir para a Alemanha é algo fora de cogitação. Por outro lado, o conhecimento de parentesco é fundamental para a construção de estratégias matrimoniais, dado o casamento preferencial entre primos e, desse ponto de vista, os parentes da Alemanha são irrelevantes (Woortmann, 2000, p. 219).

E continua seu pensamento dizendo que:

A partir de aproximadamente 1960 começa a ser publicado localmente um grande número de opúsculos e pequenos livros relativos aos antepassados na Alemanha, à viagem e ao primeiro da família a chegar ao Rio Grande do Sul. [...] observa-se um esforço de parte dos descendentes urbanos dos imigrantes alemães no sentido de, a partir de minuciosas e trabalhosas buscas em arquivos no Brasil e na Europa, reconstruir o que foi oculto pela “amnésia” dos colonos rurais. É o esforço de historiadores, sociólogos e genealogistas que reconstroem o passado, substituindo o silêncio da tradição oral pelos dados de documentos escritos. Através de registros de bordo, relatórios de autoridades, documentos administrativos, os hoje descendentes urbanizados desses imigrantes reconstroem os laços com a Europa. (Woortmann, 2000, p. 223)

Esta nova fase de descoberta da cultura teuto-brasileira, de busca do passado adormecido, de busca dos ancestrais esquecidos na Europa, corrobora nossa pesquisa, pois mostra mais uma vez uma rearticulação dos valores culturais. Se antes o conhecimento da viagem e da chegada ao Brasil, com suas dificuldades era suficiente para a formulação de uma identidade. Agora estas famílias se veem em busca dos ancestrais, da história perdida reformulando os sentidos e rearticulando as questões que já estavam estabelecidas.

Mas uma vez temos o dinamismo social que busca preservar o que se tem, mas ao mesmo tempo as raízes mais profundas. E nessa busca as diferenças de trajetórias, de histórias e principalmente as de culturas são acentuadas. O termo cultura teuto-brasileira invoca exatamente esta diferença, que envolve os imigrantes que vieram para o Brasil, em busca de uma vida nova, buscando fugir das dificuldades. Aqui encontraram outros desafios que os levaram à construção de uma nova identidade, uma nova cultura, que mesclava elementos trazidos da Europa com novos arranjos e incorporações.

É justamente nesta nova fase de resgate da ancestralidade, de valorização da cultura teuto-brasileira, e de busca por sua preservação que se insere este trabalho, pois ao mesmo tempo em que tenta compreender tais mudanças e valorizar a cultura destes imigrantes sabe que se insere nela.

Assim, têm-se a atual busca de reconhecimento desses imigrantes como mantenedores de uma cultura alemã que contém aspectos e elementos brasileiros. Integrantes da cultura teuto-brasileira tais cidadãos preservam uma tradição de origem alemã que foi modificada devido a fatores sociais e geográficos no Brasil. Assim, muitas vezes são percebidos como estrangeiros no Brasil, principalmente, como no caso dos pomeranos, por ainda manterem o idioma.

3. CAMINHOS DA ESPERANÇA: A ANÁLISE DA IMIGRAÇÃO EUROPEIA PARA O BRASIL

O Brasil, durante séculos teve sua economia pautada na agricultura, sustentada pela monocultura do café e no emprego da força de trabalho escrava. Em 1888, com a abolição da escravatura, presenciou-se a necessidade de reestruturação das relações de trabalho como forma de solucionar a crescente falta de mão de obra. Assim, aumentou a imigração europeia já instituída como saída para o impasse formado. Entretanto, a análise da vinda desses imigrantes para terras brasileiras não pode ser feito sem voltar o olhar para o contexto europeu da época. Desta forma, este capítulo visa explorar os fatores que viabilizaram a imigração europeia, especialmente a alemã para o Brasil. Além de vislumbrar o cenário brasileiro dos tempos da imigração e, então, apresentar o cotidiano dos alemães que firmaram os pés em solo brasileiro e na terra capixaba.

3.1 A conjuntura europeia nos tempos da imigração: o caso da Alemanha

Recuando no tempo, observa-se que desde o século XIII os alemães passaram a perder sua unidade política que possuíam como integrantes do Sacro Império Romano-Germânico (COLATUSSO, 2004, p.22). Entre os anos de 1618 e 1648 a Alemanha viveu a Guerra dos Trinta Anos, isto é, um embate entre católicos e protestantes. Naquele momento, diversos estados do Império buscavam a concentração de poder e o imperador almejava concretizar a união política e religiosa. Essa guerra foi desencadeada pela nobreza protestante contrária ao imperador. Todavia, o duelo acabou tomando proporções maiores e transformou-se numa guerra. Pode-se dizer que a Alemanha era uma arena de duelos nessa época. Como consequência, grandes áreas do território alemão foram destruídas. Ademais, estima-se a perda por morte de um terço de sua população e, como não poderia ser diferente, o empobrecimento rondava a vida dos que se mantiveram de pé.

Ainda nos tempo de Carlos Magno, o termo “alemão”, que até então se aplicava apenas ao idioma, passava a não ser apenas um termo referente ao âmbito político

e administrativo. Desta maneira, passou-se a considerar alemães os imigrantes que falavam a língua alemã, através dos conceitos decorrentes do *jus sanguinis*, isto é, direito pelo sangue ou direito pela herança (ROCHE, 1969, p.35).

Cabem aqui, algumas explicações mais detalhadas. Durante os séculos XVI, XVII e XVIII desenvolveu-se a identidade nacional alemã, mas se cristalizou também a divisão política do país. A eleição de Carlos V como imperador pôs a Alemanha na órbita das grandes transformações econômicas e culturais na modernidade. Os banqueiros e comerciantes das famílias alemãs Fugger e Welser financiaram o empreendimento imperial de Carlos V, em cujos domínios (Espanha, América, Nápoles, Sicília, Países Baixos, Borgonha, Áustria, Alemanha) se iniciou o primeiro processo de acumulação capitalista na Europa (COLATUSSO, p. 23).

O autoritarismo do imperador contribuiu para aproximar muitos príncipes alemães das teses religiosas de Martinho Lutero, cujo movimento reformador autorizava a intervenção do estado em assuntos religiosos e a secularização dos bens eclesiásticos. Lutero deu forma definitiva à língua alemã escrita, fixando-lhe as normas em suas obras. A divisão religiosa e política da Alemanha se institucionalizaram depois da paz de Augsburg, em 1555, pela qual o imperador Carlos V permitiu aos príncipes a imposição das crenças religiosas de cada um deles aos súditos de seus respectivos estados (SCHREIBER, 2006, p.34).

Na segunda metade do século XVI, a Contra Reforma católica impulsionada por Filipe II da Espanha se estendeu à Baviera e à Renânia. Simultaneamente, a Alemanha conheceu um período de estagnação econômica em virtude da decadência das cidades do norte (a Hansa) e da ruína dos banqueiros que financiavam a política da monarquia espanhola (SCHEREIBER, 2006, p.35).

A divisão religiosa da Europa, acentuada com a propagação do calvinismo, manifestou sua dimensão política, com vimos, por ocasião da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), cujo campo de batalha foi a Alemanha. Em 1648, a paz de Westfália consagrou o princípio da autonomia plena dos mais de 300 estados imperiais e determinou a perda de diversos territórios para a Suécia e a França (COLATUSSO, 2006, p.26).

A crise econômica ocasionada pela guerra começou a ser superada no fim do século XVII. O título imperial, transformado em mero cargo honorífico, ficou adstrito à casa de Habsburgo, enquanto os estados alemães passavam a adotar as práticas absolutistas inspiradas na monarquia francesa (COLATUSO, 2006). O aperfeiçoamento e a modernização do aparelho estatal foram especialmente notáveis no ducado de Brandemburgo, que no século XVIII se transformou no reino da Prússia. O grande eleitor Frederico Guilherme e o rei Frederico Guilherme I prepararam o caminho para Frederico II, o Grande. Este reinou de 1740 a 1786. Foi ele um autêntico déspota esclarecido que converteu a Prússia numa potência europeia, tanto no aspecto político e militar como no econômico (ROCHE, 1969). Durante o século XVIII, a eficiência do exército prussiano se fez notar em duas guerras que envolveram toda a Europa, a saber: a Guerra de Sucessão da Áustria (1740-1748) e a Guerra dos Sete Anos (1756-1763).

Entre 1792 e 1805, os exércitos revolucionário e napoleônico impuseram o controle francês a todo o território alemão, dividido entre a Confederação do Reno, a Áustria e a Prússia. Em 1806, Francisco II declarou a dissolução do Sacro Império e proclamou-se imperador da Áustria (ROCHE, 1969). Nos anos seguintes, a dominação francesa estimulou o aparecimento da consciência nacional alemã, especialmente na Prússia, onde os ministros de Frederico Guilherme III, inspirados nas ideias da revolução, empreenderam importantes reformas administrativas e econômicas. A partir de 1813, as guerras de libertação reuniram os alemães num esforço comum contra o invasor. A Prússia, com aliança firmada junto à Rússia e à Áustria, venceu a França em Leipzig no mês de outubro do mesmo ano. Em fevereiro do ano seguinte as tropas do marechal Gebhard Leberecht von Blücher entraram em Paris (ROCHE, 1969).

O contexto político exposto demonstra que a Europa, e especialmente a Alemanha, passavam por momentos de instabilidade administrativa. Imerso em guerras e disputas territoriais, o povo europeu vivenciava tempos de incertezas.

Dito isso, é preciso explicar que nem sempre a Alemanha teve a configuração geográfica atual. Em 1815, com o fim da dominação francesa em regiões europeias, o Congresso de Viena firmou a Confederação Germânica, sob a hegemonia da Áustria. O Congresso de Viena de 1815 substituiu o Sacro Império por uma

Na primeira metade do século XIX, disseminaram-se pela Alemanha os ideais românticos, que buscavam no passado medieval a essência da nação germânica. Os estudos históricos e linguísticos contribuíram para reforçar o nacionalismo, especialmente ativo nas universidades do país. Contudo, foram as necessidades de desenvolvimento econômico que aceleraram o processo de unificação. A industrialização da Prússia e de outros estados do sul e do oeste, bem como o incremento do fluxo comercial entre as distintas regiões alemãs, tornaram necessária a criação, em 1834, da União Aduaneira (Zollverein), cuja direção estava a cargo da Prússia e englobava 18 estados, com 23 milhões de habitantes (ROCHE, 1969). Após três guerras seguidas, afastava-se assim a Dinamarca, a Áustria e a França. Em termos econômicos, com crescimento industrial acelerou com a construção da rede ferroviária, a partir de 1839, e com a industrialização das cidades renanas.

As revoluções liberais e nacionalistas de 1830 e 1848 fracassaram ante a dura oposição dos governos austríaco e prussiano, mas contribuíram para ampliar a consciência nacional. Finalmente, os grupos liberais, inclusive os socialistas, aceitaram o processo unificador empreendido pelo governo conservador da Prússia, encabeçado por Otto von Bismarck a partir de 1862. Após a criação da Confederação da Alemanha do Norte, as vitórias militares sobre a Áustria e a França resultaram na coroação de Guilherme I da Prússia como imperador do Segundo Reich (Segundo Império) alemão, em janeiro de 1871 (MARTINUZZO, 2009). O objetivo era “construir um elo entre a tradição legada pelo Sacro Império Romano-Germânico, considerado o primeiro grande império dos povos germânicos, e o Estado que surgia” (MARTINUZZO, 2009, p.32). Pelo tratado de paz com a França, firmado em maio na cidade de Frankfurt, a Alemanha anexou a região da Alsácia-Lorena.

Deve-se destacar que a Alemanha, assim como grande parte da Europa, sofria com a fome, a pobreza e o descontentamento político. O cenário do campo era de minifúndio. As várias e sucessivas divisões hereditárias fizeram das propriedades frações de terras muito reduzidas. Decorrente da exploração contínua, essas terras se tornaram pouco produtivas. Ademais, o regime feudal ainda regia boa parte da estrutura de trabalho. Os camponeses que se dirigiam às cidades estavam vivendo situação complicada, pois lhes faltavam empregos. A indústria manufatureira havia

criado novas profissões. Todavia, os homens do campo não estavam qualificados para desempenharem essas funções, uma vez que eram, em sua maioria, ex-servos acostumados ao trabalho rural (COLATUSSO, 2004).

No universo das cidades a situação também não era das melhores. A Revolução Industrial iniciada na Inglaterra no século XVIII acarretou alterações na estrutura socioeconômica alemã. O advento da industrialização trouxe consigo efeitos negativos para certos segmentos sociais, como os artesãos. Antes do processo de industrialização, os alfaiates, tecelões, ferreiros e carpinteiros, por exemplo, tinham seu trabalho valorizado. Porém, quando a força das máquinas passou a superar o suor de vários homens, a competição desigual trouxe prejuízos aos trabalhadores artesanais. É lógico que as máquinas produziam numa velocidade maior e em quantidade superior aos artesãos. Assim, esses profissionais que antes produziam no interior de suas singelas oficinas se viram forçados a encarar a situação de operários fabris, ou seja, passaram a cumprir longas jornadas de trabalho recebendo soldos aviltantes. Em outras palavras, trabalhava-se muito e ganhava-se muito pouco (COLATUSSO, 2004).

Deve-se mencionar que a população nesse período sofreu significativo crescimento, decorrente da vacinação em massa determinada por Napoleão (COLATUSSO, 2004). Logo, não é de surpreender a escassez de empregos para tanta gente. O mercado de trabalho não se ampliava na mesma razão do crescimento populacional. Assim, para os agricultores e artesãos não havia saída mais viável que a imigração.

O século XIX viu na Europa o desenvolvimento do capitalismo. A Inglaterra foi pioneira neste quesito especialmente por conta da Revolução Industrial, como já exposto. E foi seguida por regiões como a França, Bélgica e os estados da Confederação Germânica. O Oitocentos ainda pode ser caracterizado pelo período no qual há uma forte mobilidade espacial da população. Cidades europeias passaram a se constituir em centros hegemônicos de acúmulo de capital, desenvolvendo a industrialização, o que acarreta a urbanização (ROCHE, 1969).

As migrações do campo para as cidades, indicadas acima, também favoreceram o processo de urbanização. As migrações internas, aliadas às migrações externas, proporcionaram outro aspecto ao desenvolvimento do capitalismo. As migrações dos

povos europeus tiveram seu marco em meados do século XIX. Nesta época, nota-se que os deslocamentos enviaram levas populacionais para as Américas, mas também para a Austrália e Nova Zelândia. Esses fluxos migratórios foram consequência desde fatores econômicos, como explicado, e até mesmo por perseguições políticas e religiosas a partir de 1848 (ROCHE, 1969).

Grande parte dos imigrantes de língua alemã que chegaram ao Brasil era originária da Confederação dos Estados Alemães:

cuja instituição política tinha atribuições muito limitadas; dispunha-se apenas a decidir sobre os problemas comuns aos Estados que o compunham cabendo a eles a execução das resoluções tomadas pelo poder central denominado *Bundestag*. Diante deste complexo mosaico político-administrativo-cultural, os imigrantes originários dos Estados Alemães até 1870, e depois do Reich e do Império Austro-Húngaro eram denominados, no Brasil, “alemães”. As autoridades constituídas usualmente classificavam os imigrantes de acordo com sua procedência, de conformidade com o Estado que lhe fornecia o passaporte ou, ainda, de acordo com o Estado ao qual pertencia o indivíduo ao nascer (JOCHEM, 2002, p.19).

Os olhares se voltavam para o Brasil, pois segundo Martinuzzo,

[...] o Brasil era visto numa Europa dilacerada por questões socioeconômicas graves e severas disputas político-ideológicas como um eldorado para a construção de uma nova vida, principalmente pelos mais afetados por esse turbulento processo de reestruturação de base nacionalista (2009, p.34).

Desta forma, passa-se a analisar o contexto brasileiro que propiciou a entrada e permanência de imigrantes germânicos nas terras brasileiras. Assim, almeja-se destacar as conjunturas políticas e econômicas da época.

3.2 Do outro lado do Atlântico: a chegada do imigrante alemão ao Brasil

Entre os muitos títulos de benemerência da casa de Bragança em relação ao Brasil, o seu desvelo pela imigração europeia não ocupa o último lugar. D. João VI, assim, como D. Pedro I e D. Pedro II, se esforçaram por incentivar a vinda de europeus para a Terra de Santa Cruz. Em 1813, D. João, na época príncipe-regente, fundou

uma colônia no vale do rio Santo Agostinho (hoje município de Viana) no atual estado do Espírito Santo (TSCHUDI, 2004). No ano de 1817, esse mesmo regente colocou trabalhadores chineses na Real Fazenda de Santa Cruz com o objetivo de desenvolver a cultura do chá. No ano seguinte, ele estabeleceu as colônias alemãs de Leopoldina e São Jorge dos Ilhéus na província da Bahia.

D. Pedro I instalou a colônia de São Leopoldo, como também de Três Forquilhas e Torres, todas no Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina, fundou as colônias de São Pedro d'Alcântara e Itajaí Grande. No atual estado do Paraná foi fundada a colônia de Rio Negro. Santo Amaro e Itapecerica foram formadas em São Paulo. Merece destaque ainda as de Catuca, em Pernambuco e Santa Januária, na Bahia, as quais se extinguíram posteriormente. Todas essas tiveram preponderância dos alemães (BRANDENBURGER, 1925). Nos casos supracitados não se tratou de imigração espontânea; foram resultado de colonos engajados na Europa por agentes e transportadores à custa do Tesouro imperial, ou de ex-soldados de batalhões estrangeiros.

Esse quadro sofreu alterações com o art. 4 da Lei de Orçamentos de 15 de Dezembro de 1830 cuja prerrogativa proibia toda e qualquer despesa por parte do Império para com a imigração estrangeira (COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO, 1830). Essa ação quase acabou por completo com a corrente imigratória. O Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, conhecido por ser caráter descentralizador, outorgou para as províncias o direito de promover e fomentar, com o auxílio do governo central, a colonização estrangeira (COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO, 1834). Porém, a maioria das províncias não possuía fundos suficientes para incentivar a imigração. Tanto que durante o período regencial o número de imigrantes europeus não ultrapassou a marca de 2.569, enquanto de 1818 a 1830 chegaram a 9.455 (BRANDENBURGER, 1925). Durante a Regência, a maioria dos europeus preferia imigrar para os Estados Unidos da América. A viagem para essa região era mais curta, barata e cômoda. Além disso, havia o receio decorrente da guerra no sul do Brasil.

A Inglaterra, nessa época, havia abolido a escravidão nas suas colônias das Índias Ocidentais e visava abolir nos demais países do Novo Mundo, pois ansiava que as nações americanas produzissem com preços mais baratos. Além disso, há o espírito

humanitário e inspirado pelo princípio Iluminista pelo qual a escravidão humana não era bem vista.

Uma solução para essa situação passou a ser pensada pelos políticos da época, como Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, senador paulista, grande cafeicultor e proprietário de importante casa comercial em Santos.

Segundo Brandenburger:

Concebeu Vergueiro o plano de aplicar, em grande escala, à lavoura paulista, o sistema de parceria, que já era tradicional no país, encontrando-se meeiros por toda parte. A primeira tentativa foi feita no ano seguinte à Maioridade, em fins de 1841, com famílias portuguesas (90), que o senador mandou vir a seu custo, estabelecendo-as na sua fazenda de Ibicaba. Mas este primeiro ensaio fracassou, dispersando-se os parceiros já no ano de 1842 (1925, p. 483).

O senador paulista não se deu por vencido. Vergueiro conseguiu a aprovação de um projeto junto ao governo imperial para o “oferecimento dos bons serviços dos nossos representantes na Europa para a conclusão dos contratos com os colonos e adiantamento das despesas de viagem por parte do fisco” (BRANDENBURGER, 1925). Vergueiro voltou seu olhar desta vez para a Alemanha. Uma vez que as colônias compostas por germânicos nas províncias do sul tinham alcançado o sucesso. Assim,

Em 2 de abril de 1847 o encarregado de negócios de Brasil junto às cidades hanseáticas assinou contrato com 80 famílias, no total de cerca de 400 pessoas, que se destinavam à fazenda de Ibicaba. Antecipava o governo as despesas de viagem, à razão de 40 piastras espanholas por indivíduo maior de 12 anos, e 20 piastras por criança de 5 a 12 anos, obrigando-se os imigrantes a reembolsar o Tesouro, por intermédio do fazendeiro, das despesas de passagem dos indivíduos maiores de 12 anos, ficando o transporte das crianças por conta do governo (BRANDENBURGER, 1925, p.484).

A historiografia afirma que o século XIX despontou como o período no qual a imigração passou a ser pensada como objeto de política pelo Estado, fato atestado, por exemplo, quando se vê persistência do senador paulista Vergueiro em trazer colonos germânicos para o Brasil.

O empreendimento da imigração encontra raízes ainda com a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808 e logo a abertura dos portos às nações amigas. Além

desses fatores pode-se citar também a elevação do Brasil à condição de Reino Unido de Portugal e Algarves, em 1815, a Independência do Brasil, em 1822; a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, em 1851, a qual proibia em definitivo o tráfico transatlântico de escravos negros africanos; as demais leis emancipacionistas¹ que culminaram com o fim da escravidão em 1888, ou seja, conjunturas políticas e socioeconômicas que levaram a imigração a ser pauta de discussão entre os grandes políticos, mas também entre a gente comum nas suas conversas cotidianas. Ademais, a imigração seria uma alternativa para os europeus que viviam momentos de opressão e misérias decorrentes das guerras pelas quais a Europa passou e pela circunstância de ainda não estava totalmente reestruturada do ponto de vista político.

A opção pela imigração alemã não foi ao acaso. Martinuzzo (2009) comenta que a atração pelos povos germânicos decorria pelas notícias que chegavam relatando que aquelas pessoas já estavam cansadas de tantas guerras. E que o governo alemão procurava uma solução para a grande quantidade de pessoas que migravam dos campos miseráveis para as cidades superlotadas, em busca de melhores condições de sobrevivência. Porém, certas cidades europeias não estavam comportando tamanho contingente populacional.

Assim, a necessidade de mão de obra nas áreas agrícolas brasileiras incentivou a vinda de europeus para as terras tupiniquins. O famoso Vergueiro, personagem já apresentado, esteve entre os primeiros a trazer imigrantes alemães, suíços e belgas para o Brasil, no caso dele, para São Paulo.

A priori o sistema de imigração utilizado no Brasil foi o chamado de “sistema de parceria”. Nesta forma de contrato o imigrante ficava com parte das colheitas e repassava o restante aos fazendeiros (Martinuzzo, 2009). Porém, esse sistema não funcionou, porque os imigrantes passaram a ser tratados quase como escravos, abalando as relações entre o Brasil e as nações europeias, como atesta Brandenburger:

¹ Como leis emancipacionistas se entendem a Lei do Sexagenário (1865) e a Lei do Ventre Livre (1871), isto é, legislação criada a fim de libertar escravos, anterior à abolição da escravidão a qual se deu, como dito, em 1888.

“[...] o sistema de parceria tornou-se altamente nocivo ao crédito da colonização brasileira, levando a Prússia no extremo de proibir, por escrito ao ministro de Comércio Von der Heydt, de 3 de novembro de 1859, todo e qualquer recrutamento de imigrantes para o Brasil”. [...] Foi um golpe terrível para a imigração alemã no Brasil, que exatamente nos três lustros de 1844 a 1859 tinha tomado grande incremento. (1925, p.487)

Assim, o sistema de parcerias fracassou e o Brasil vivenciou um desestímulo por parte dos imigrantes em habitar as terras brasileiras. Porém, esse não foi o único sistema de imigração firmado no Brasil. O governo também patrocinou a criação de núcleos para fins de povoamento em regiões pouco habitadas, como o sul e o sudeste brasileiro. O objetivo era expandir a economia e efetivar a ocupação do território nacional. Martinuzzo (2009) chega a dizer que “este foi o grande foco da empresa governamental de importação de imigrantes” (2009, p. 25). Tanto particulares quanto sociedades se empenharam em promover a imigração europeia. Confiou-se nos governos imperial e provincial, que se mostravam dispostos a favorecer o estabelecimento de colonos vindos da Europa.

O cotidiano, mesmo nas colônias de povoamento, não era muito melhor do vivido pelos imigrantes que trabalhavam nas lavouras cafeeiras. Até a década de 1870 a maioria dos europeus que chegavam ao Brasil era destinada às fazendas a fim de trabalhar nos roçados. Grande parte dos colonos ficava jogada à própria sorte no interior do Brasil. Diferenças climáticas, linguísticas, sociais e o sentimento de saudade eram as muralhas que cercavam a vida dos colonos que imigravam. Não havia políticas que proporcionassem assistência médica e social, educação ou mesmo incentivos às técnicas agrícolas para o melhoramento da vida dos imigrantes. Essas foram umas das razões da proibição da imigração para o Brasil. As quentes terras americanas que até então ocupavam o sonho dos europeus famintos passaram a ser o pesadelo de noites ao relento.

Sobre a ocupação territorial e a substituição da mão de obra escrava, Gilda Rocha (2000) lembra muito bem:

A política imigrantista levada a efeito pelo governo imperial nos princípios do século XIX tinha, certamente, como objetivo mais amplo promover o povoamento do país. No entanto, com o passar do tempo, à medida que a instituição escravista começa a sofrer ameaças, vai se tornando cada vez mais patente a íntima correlação

entre o movimento imigrantista e a necessidade de substituição do braço escravo (p.23).

Os imigrantes ainda serviram como força de trabalho no desenvolver industrial e na construção de ferrovias do país (QUINTÃO, 2010). Esse movimento captou parte dos imigrantes que habitavam as cidades europeias, “em função do incremento do capitalismo e da urbanização do Brasil, notadamente na segunda metade do século XIX” (Martinuzzo, 2009, p. 26).

Mas, teriam todos os imigrantes alemães ocupado da mesma maneira as províncias do Brasil? Numa província como a do Espírito Santo, fortemente marcada pelas cores da escravidão, parece plausível pensar que o fim da escravidão abalou a sociedade e a economia da região. Como sobreviveram as lavouras cafeeiras nessas regiões? No caso capixaba, lançou-se mão de imigrantes europeus para a força de trabalho ou esses imigrantes formaram colônias de povoamento? Para buscar respostas a essas perguntas, é necessário mergulhar no manto branco, rosa e azul da história do estado do Espírito Santo.

3.3 Em solo capixaba: a ocupação alemã do Espírito Santo

Em meados do século XIX, apenas a faixa costeira do Espírito Santo havia sido ocupada, majoritariamente por portugueses. D Pedro II via a necessidade de ocupar a região central do Espírito Santo, na época habitada por índios botocudos. Os primeiros imigrantes que chegaram ao Espírito Santo foram os açorianos ainda no início do século XIX e se estabeleceram às margens do rio Santo Agostinho, como já citado. Ao todo chegaram à região 30 casais assentados em lotes de trinta hectares. O local recebeu o nome de Viana, como forma de homenagear o intendente geral de polícia Paulo Fernandes Viana. Este foi responsável pela introdução dos açorianos no Brasil, como atesta Caio Prado Júnior (2008).

Vale explicar que o movimento migratório germânico no Brasil, tem sido dividido pelos pesquisadores em três grandes períodos que diferenciam os grupos de imigrantes entre si. Os primeiros que chegaram a terras brasileiras em 1824 foram grupos de famílias de agricultores e camponeses. O segundo grupo chegou ao

Brasil em meados dos Oitocentos, com o fracasso das revoluções de 1848 e 1849. Conforme assevera Santana “seus integrantes eram militantes liberais e representantes da intelectualidade de alguns estados alemães e da Áustria, que haviam partido em busca de novas perspectivas no Novo Mundo” (2010, p. 236). Neste montante pode-se incluir ainda a chegada de reimigrantes na década de 1870. Estes tiveram destaque na atuação, nos movimentos e nas aspirações dos demais imigrantes, uma vez que, conheciam o processo de nacionalização alemã. Já a terceira leva de imigrantes foi formada por artesãos e operários forçados a sair da Europa devido às crises do começo do século XX. Por mais que pudessem possuir a mesma identidade, Santana lembra que eles eram diferentes na sua condição de alemães, “fosse pelo lugar de origem, fosse pelo momento histórico original ou mesmo pelo grau de inserção na sociedade brasileira” (SANTANA, 2010, 236).

O primeiro contingente de imigrantes era oriundo das aldeias prussianas, formada por comunidades homogêneas, de certo modo autossuficientes e resistentes a culturas e influências externas ao seu grupo. Sua organização social era bastante fechada, ou seja, de modelo patriarcal e mentalidade que lembrava suas raízes. Essas características desaguaram na reprodução da organização social e econômica destas colônias primitivas (SANTANA, 2010).

Tratando novamente do Espírito Santo: em 1847, o imperador D. Pedro II enviou à província capixaba um grupo de 39 famílias alemãs que vieram ao Brasil para se fixarem nessa região montanhosa e de clima ameno que, assim, lembrava a terra natal desses imigrantes. Tais alemães fundaram a colônia de Santa Isabel (ROCHA, 1984).

Para o governo imperial a vinda dos imigrantes europeus era importante. Ela gerava mudança no perfil étnico da sociedade por meio do “branqueamento” da raça num Brasil ainda predominantemente negro, e esperava-se que formasse uma classe média passível de ser mão de obra assalariada, em uma sociedade marcada pela predominância de latifundiários e escravos (WILLENS, 1940).

Num primeiro momento, cada família recebeu do governo uma propriedade de 50 hectares de terra para o cultivo, bem como um empréstimo que deveria ser pago a

prazo. Depois de demarcarem as terras, as famílias construíram suas casas com barro e folhas de palmeiras. Posteriormente, os luteranos construíram sua primeira igreja em uma localidade um pouco acima de Santa Isabel, dando origem à atual Domingos Martins (SALETTTO, 1996). Esta foi a primeira igreja luterana no Brasil a possuir uma torre.

O maior fluxo de imigrantes ocorreu na segunda metade do século XIX. Porém, a imigração, tanto a dirigida por contratos governamentais quanto a espontânea, teve vida até o fim da Primeira República, no ano de 1930. Pesquisas apontam a chegada de mais de 44 mil imigrantes entre os anos de 1847 e 1900 no Espírito Santo. Os números chamam atenção. Especialmente se considerarmos que em 1872 o censo da época mostra que a população capixaba era de 82 mil habitantes e em 1890 configuravam 116 mil almas.

Segundo José Teixeira de Oliveira (2009), em 1856 o Espírito Santo possuía mais de 49 mil pessoas, destas cerca de 37 mil eram livres e 12 mil escravos. Essa população não estava distribuída de maneira uniforme pela província. Como já dito, se limitavam às regiões costeiras, ficando a região de montanhas praticamente desabitada.

A maioria dos imigrantes que firmaram os pés em solo capixaba era constituída por italianos e alemães. Vale dizer que o estado recebeu ainda imigrantes holandeses, suíços, poloneses, franceses e libaneses (HEES; FRANCO, 2005, p.75). O quadro a seguir visa expor as levas de imigração para o Espírito Santo destacando suas principais características.

Quadro 1. Fases da imigração estrangeira no Espírito Santo

1847 – 1881	<ul style="list-style-type: none"> – O governo central investiu na ocupação de áreas devolutas a partir de pequenas propriedades; – Criação da Colônia Imperial de Santa Isabel (1847); Rio Novo (1855); Santa Leopoldina (1857); Castelo (1880); – Criação dos núcleos coloniais de Timbuí e Santa Cruz (regiões próximas à capital Vitória).
1882 – 1887	<ul style="list-style-type: none"> – O governo imperial volta à política de imigração para as grandes províncias e o assentamento de colonos nos grandes latifúndios do Sudeste e Sul, por conta do fim da escravidão; – No Espírito Santo cai o número de entrada de imigrantes. Na fase anterior foram 13.828 e nesta 1.375.

1888 – 1896	<ul style="list-style-type: none"> – Sem o apoio do governo central, o Espírito Santo passa a investir na imigração não mais para povoação, mas sim para trabalho na agricultura; – Contabiliza-se a entrada de 21.497 imigrantes
-------------	---

Fonte: ROCHA (2000); MARTINUZZO (2009)

A situação vivida pelos imigrantes alemães, mas não só destes, no Espírito Santo não fez jus ao sonho que possuíam de melhorarem de vida, serem saudáveis e quem sabe enriquecerem. As questões de logística já se iniciavam no porto de Hamburgo, em alojamentos de condições precárias, onde inclusive ocorriam óbitos. Estas condições persistiam nos navios, em condições precárias de higiene, com excesso de passageiros, sem acomodações, com alimentação deficiente em viagens que poderiam durar cerca de 3 a 4 meses. Estes fatores associados a doenças de caráter epidêmico levaram a óbito vários daqueles que embarcavam em busca de um sonho.

É importante frisar que esses primeiros imigrantes alemães enfrentaram várias dificuldades. A grande distância entre as famílias, os perigos da mata, a dificuldade de adaptação a alimentos como o feijão preto e a mandioca, cobras, pragas de insetos e falta de apoio das autoridades foram sérios problemas (HEES; FRANCO, 1996). Por causa deles, nos primeiros anos de ocupação da colônia a taxa de mortalidade na colônia superou a de natalidade. O que mais faltava aos colonos era a prometida ajuda médica.

Em 1858, Adalberto Jahn, que fora ex-oficial prussiano assumiu a administração da colônia, o que foi benéfico para atenuar os problemas enfrentados em Santa Isabel. A vida dos colonos se tornou mais estável. Logo vieram outros imigrantes atraídos por promessa de terras e trabalho. Em 1859, iniciou-se uma transformação étnica importante para as colônias, gerada pela chegada de um grande número de colonos da Pomerânia, na época uma província prussiana (OLIVEIRA, 2008).

Ignorados pelo poder público, sem acesso ao ensino do português e dependendo quase que exclusivamente da iniciativa das igrejas para a educação de seus filhos, os colonos não tiveram outra possibilidade senão continuar a falar seus dialetos. Se a princípio os diversos grupos alemães falavam cada qual seu dialeto particular, com o passar do tempo, o "pomerod", dialeto pomerano comum, acabou prevalecendo (MULLER, 1981).

Entretanto, embora fossem maioria entre os imigrantes alemães no Espírito Santo, os pomeranos se assentaram entre serras e matas, distantes dos centros comerciais. Esse isolamento contribuiu para a preservação da cultura original dos pomeranos (ROCHA, 1984).

Retornando ao caso de Santa Isabel, por volta de 1860, graças à administração de Jahn, a colônia de Santa Isabel já contava com mais de seiscentos habitantes, os alojamentos iniciais foram substituídos por casas mais resistentes, e os colonos produziam quantidade significativa de café. A vida se tornou mais fácil para esses emigrantes (CAMPOS, COSTA, FRANCO, HEES, 1999) .

No restante do país e levando-se em conta o decorrer do tempo, os alemães representaram aproximadamente 5% dos imigrantes que ingressaram no Brasil, chegando a mais de 250 mil pessoas ao longo de mais de cem anos. Os estados que receberam a maior parte dos imigrantes alemães foram o Rio Grande do Sul e Santa Catarina (SANTANA, 2010).

Os imigrantes vindos da Alemanha, em geral, foram apontados como aqueles que, entre os grupos de imigrantes de maior expressão numérica teriam se mostrado como os mais resistentes à integração, à miscigenação, à assimilação, mantendo suas características étnicas nas regiões que ocuparam, continuando a cultivar, de forma persistente, a língua e os modos de vida alemães (JOCHER, 2002). Durante muitas gerações, teriam apresentado relativamente baixo índice de casamentos interétnicos, a maioria deles ter-se-ia mantido fiel a confissões religiosas absolutamente minoritárias na sociedade brasileira e vivido à margem do Estado brasileiro. Teriam se interessado muito pouco pela cidadania brasileira, ficando mentalmente identificados com sua pátria de origem (SANTOS, 2010).

Assim, montanhas, vales e também fazendas capixabas foram ocupadas por imigrantes, entre eles alemães. Aqueles alemães que chegavam ao Espírito Santo traziam consigo sonhos, esperanças, mas também culturas, hábitos e costumes os quais, mesmo com certa resistência foram adaptados à realidade local, e transmitidos aos filhos desses europeus, conhecidos como teuto-brasileiros, ou seja, descendentes de alemães nascidos no Brasil – modos de falar, de agir, de se expressar não ficaram iguais aos de sua terra natal. Pergunta-se: num estado como o Espírito

Santo, – formado pela miscigenação étnica, uma vez que foi colonizado por portugueses, assistiu à reprodução escravista e necessitou de braços imigrantes –, observa-se a presença hoje da cultura alemã. Há resquícios e influências. Os alemães conseguiram colocar a marca da sua identidade na cultura capixaba. Essa gente que “trabalha e confia” influenciou a identidade alemã. Essas assertivas levam até às regiões colonizadas pelos alemães a fim de desvendar sua identidade e gastronomia, ou seja, seus sabores e aromas.

4. AROMA DE IDENTIDADE: GATRONOMIA E TRADIÇÃO NO MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS/ES

O século XIX constituiu-se no período no qual a imigração europeia para o Brasil ocorreu de forma intensa e sistemática, como explicado no capítulo anterior. Motivados pela esperança de possuir melhores condições de vida, inúmeras famílias se arriscaram pelo Atlântico, a fim de melhores condições de vida no Novo Mundo.

A Itália e Alemanha ainda não se formavam enquanto Estado-Nação. Essas regiões se constituíam de cidades-estados que tinham pouca articulação política e sociocultural. Disputas políticas eram comuns, e o quadro de fome, miséria e pobreza se expandiam com as disputas (SALLETO, 1996).

Já o território americano, ainda pouco ocupado e, portanto, com abundantes terras, apresentava-se como uma ótima oportunidade de crescimento parcimonioso para os grupos europeus menos favorecidos. O sonho de possuir terras férteis e alcançar o progresso econômico motivou essa imigração. Vários países tornaram-se alvo dessa fuga, o Brasil figura entre eles (HEES, FRANCO, 2005).

4.1 O Município de Domingos Martins no século XX: contexto de criação e panorama socioeconômico

No Brasil desenvolveu-se uma política imigrantista, regulamentada pelo governo imperial, a qual proporcionou um maior incentivo e aumento considerável no número de imigrantes europeus para o Brasil. Essa política consistia na parceria com os presidentes de província, que cediam terras designadas para a criação de colônias. Não obstante, houve também a importante participação das companhias particulares de colonização na ocupação e colonização das terras. O objetivo dessas companhias consistia em reduzir as despesas do Estado com a imigração (HEES; FRANCO, 2005).

Ao longo dos Oitocentos, houve dois modos de imigração: o primeiro foi chamado de imigração subvencionada e o segundo recebeu o nome de colonização. Na

imigração subvencionada, o governo destinava o indivíduo para o trabalho nas grandes lavouras, principalmente, de café, o principal produto agrícola da época. No segundo tipo de imigração, a chamada “colonização”, o foco era outro: o imigrante europeu, geralmente com membros de sua família, era alocado em pequenos núcleos coloniais (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 188-189).

A Lei de Terras² regulamentou o acesso às áreas devolutas do território brasileiro. Assim, de acordo com Thiago Barros:

O colono obtinha o lote comprando-o a prazo, e o título definitivo de propriedade só poderia ser requerido após a quitação da dívida. No caso das empresas colonizadoras particulares, o procedimento em relação aos colonos era o mesmo: o Estado concedia a área, e às empresas cabia realizar a demarcação e a venda dos lotes, de acordo com a lei (BARROS, 2007, p.18).

Vários grupos europeus se deslocaram do Velho Continente para o Brasil, dentre eles destacam-se alemães, holandeses, suíços, italianos, belgas, entre outros. A tabela a seguir ilustra a imigração no Brasil a partir de cada nacionalidade:

Tabela 1. Imigração no Brasil por nacionalidade (1884-1933)

Nacionalidade	Efetivos decenais				
	1884-1893	1894-1903	1904-1913	1914-1923	1924-1933
Alemães	22.778	6.698	33.859	29.339	61.723
Espanhóis	113.116	102.142	224.672	94.779	52.405
Italianos	510.533	537.784	196.521	86.320	70.177
Japoneses	–	–	118.68	20.398	110.191
Portugueses	170.621	155.542	384.672	201.252	233.650
Sírios e turcos	96	7.124	45.803	20.400	20.400
Outros	66.524	42.820	109.222	51.493	164.586
Total	883.668	852.110	1.006.617	503.981	717.223

Fonte: Brasil: 500 anos de povoamento. RJ: IBGE, 2000. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento. p. 226

Os alemães não formaram o grupo majoritário de imigração para o Brasil, uma vez que alguns fatores agravantes prejudicavam a sua imigração, tais como a língua e a

² Lei 601 promulgada em 1850. A lei ficou assim conhecida, pois regulamentava acerca das terras devolutas no Brasil.

religião adotadas pelo Império brasileiro. O alemão não consistia numa língua de fácil entendimento e a maioria dos germânicos confessava o protestantismo como religião oficial, diferente do Império que confessava o catolicismo. Destarte, a entrada de germânicos não foi incentivada de modo tão intenso, quanto à de imigrantes italianos, por exemplo.

De acordo com Giralda Seyferth (1994), “chegaram ao Brasil, pouco mais de 235 mil imigrantes alemães, muitos assentados como colonos através de projetos patrocinados pelo Estado ou por companhias particulares” (SEYFERTH, 1994, p.47).

Os imigrantes da Alemanha que vieram para o Brasil, sobretudo para o Espírito Santo, desenvolveram a colonização a partir do recebimento de lotes oferecidos pelo governo. Desta maneira, pode-se considerar que a imigração alemã “esteve vinculada ao processo de colonização, baseado na pequena propriedade e implantado por iniciativa do Estado” (RAASCH, 2010, p. 34). No Espírito Santo, esse tipo de sistema de colonização tinha dois objetivos principais: a ocupação e o desenvolvimento das terras devolutas.

No interior do Espírito Santo ainda existiam muitas terras “desocupadas”, que não auxiliavam na economia da província e eram de difícil acesso. Tais terras, na realidade, eram ocupadas por índios, em especial os chamados botocudos. Estes eram retratados como extremamente violentos e selvagens, contudo, como não eram integrados à vida econômica do Império eram tratados como um problema a ser resolvido.

No ano de 1846, o Governo Imperial brasileiro enviou à Alemanha, na região do Hunsrück, um funcionário destinado especialmente para recrutar colonos interessados em emigrar. Muito alemães se interessaram, venderam seus pertences e se organizaram para a travessia, que durava cerca de 70 dias. A primeira leva de imigrantes desembarcou em Vitória no final desse mesmo ano e, logo seguiram para a primeira colônia fundada na Província do Espírito Santo. O primeiro lote ocupado pelo grupo germânico foi a Colônia de Santa Isabel em janeiro de 1847. Após uma década, houve a criação da colônia de Santa Leopoldina.

De acordo com Silas Raasch (2010) essas foram as colônias que “receberam os maiores contingentes de imigrantes teutos” (RAASCH, 2010, p. 16). Tanto Santa

Isabel, quanto Santa Leopoldina encontravam-se situadas na região serrana do Espírito Santo. Raasch afirma que essas colônias:

[...] foram criadas por iniciativa do Império e muito bem recebidas pelas autoridades da Província, que viam na imigração uma forma de acelerar o seu desenvolvimento. Mais tarde, nos primeiros anos do Período Republicano também foram criados outros empreendimentos coloniais, porém, sob supervisão do Estado e não mais do Império (RAASCH, 2010, p. 16).

A Colônia de Santa Isabel recebeu, inicialmente, trinta e nove famílias, totalizando 163 pessoas e a partir da sua criação, “este empreendimento passou a compor a pauta de políticas públicas do Governo Provincial” (RAASCH, 2010. p.71).

Documentos da época, como por exemplo, o relatório do Barão de Tschudi (ESPÍRITO SANTO, 2004) relata as dificuldades existentes nos primeiros anos de colonização: a densa mata nativa, problemas com transporte e acesso às colônias, doenças, entre outras. Além disso, a falta de comunicação das colônias com a região central da província provocou certo isolamento, o qual fortaleceu ainda mais a cultura de origem desses imigrantes.

As propagandas difundidas nos países europeus acerca das possibilidades da imigração faziam com que os imigrantes se sentissem frustrados com a realidade em terras brasileiras. Com a falta de estrutura o imigrante era desafiado a desmatar a floresta, para só então iniciar a construção de sua casa e sua lavoura.

No entanto, alguns documentos daquela época indicam grande satisfação com os resultados da nova colônia de Santa Isabel. Conforme relatado pelo presidente da província Luiz Pedreira de Couto Ferraz, em 1848:

Cada dia os colonos dão novas e mais positivas garantias de sua moralidade e amor ao trabalho, vivem na melhor harmonia, tanto entre si, como com os lavradores vizinhos, dos quais não receberam não equívocas provas de estima [...] Praza aos céus, que a colônia continue a prosperar, e que bem firmada e acreditada se desenvolva em ponto grande e mais elevada escala, pois se a introdução de braços livres e industriais é hoje reconhecida evidentemente como uma necessidade de primeira ordem para o Brasil para todos aqueles que, como eu, veem em sua falta uma das principais causas do atrasamento, em que se acha nossa agricultura e, nesta província, sobretudo que ela mais fortemente se faz sentir. (ESPÍRITO SANTO, 1848).

Finalmente, mesmo com todas as dificuldades e adversidades iniciais, a colônia de Santa Isabel firmou-se e floresceu. Os imigrantes dedicaram-se ao trabalho árduo e logo conseguiram prosperar. O responsável por este florescimento consiste na cultura do café, sob o regime de pequena propriedade e voltada para a exportação, bem como na plantação de produtos para a subsistência, mas também comercializáveis como a batata, o feijão, a mandioca, entre outros.

Por outro lado, a pecuária não obteve grande desenvolvimento, mantendo-se apenas para a subsistência das famílias, com a produção de manteiga, queijo e carne, assim como a criação de suínos. Gradativamente, o progresso dessa colônia formava as bases para a sua emancipação. Acerca deste processo, Raasch explica:

Sob a condição de Colônia Imperial, em 1847, Santa Isabel foi emancipada em de junho de 1866, o que ocasionou sérios problemas, pois toda a ajuda governamental aos colonos, como a prioridade de emprego nas obras do Governo e o pagamento dos profissionais empregados na colônia, que recebiam até então, foi extinta. O resultado foi o abandono definitivo das responsabilidades governamentais para com a Colônia, uma vez que se extinguia também a ajuda Imperial para sua manutenção, além de não beneficiar-se diretamente com a chegada de novos contingentes de imigrantes. Em 21 de novembro de 1869, pelo Decreto Provincial nº. 21, foi declarada como freguesia, porém, a Colônia continuava subordinada administrativamente ao município de Viana. Foi elevada à categoria de Vila no dia 2 de outubro de 1891, por meio do Decreto Estadual nº. 41. Entretanto, não se manteve nessa condição por muito tempo, pois em 18 de janeiro de 1892 a Vila foi extinta. Essa situação também não duraria muito e, cerca de um ano mais tarde, em 20 de outubro de 1893, Santa Isabel foi novamente elevada à categoria de Vila e alcançou o status de município, desmembrando-se do município de Viana. Já em 1917, foi criado o distrito de Campinho, e a sede do município foi alterada para aquela localidade (RAASCH, 2010, p. 81).

Um marco histórico para a cidade foi a visita do Imperador, conhecida como a grande visita aos colonos; em 1860 Dom Pedro II pernoitou na localidade. Sua visita foi motivada pelas notícias de prosperidade da região e também para observar pessoalmente como estavam instalados os imigrantes.

Em 1921, ocorreu a mudança no que tange ao nome oficial do município, que passou a chamar-se Domingos Martins. Esta nomenclatura foi oferecida à região em homenagem a um importante personagem capixaba, Domingos José Martins, nascido no município de Itapemirim e líder da Revolução Pernambucana. Ele foi fuzilado heroicamente em 1817 na Bahia.

Torna-se importante ressaltar que além de imigrantes de origem germânica, essa colônia recebeu também vários outros grupos estrangeiros europeus ao longo de sua história, principalmente italianos.

4.2 Entre montanhas e vales: aspectos culturais do Município de Domingos Martins

O município de Domingos Martins atualmente é composto por seis distritos: a Sede, em Campinho, Santa Isabel, Aracê, Paraju, Biriricas e Melgaço. Sua área territorial é composta por 1.123,29 km², no qual aproximadamente 80% da população encontram-se em áreas rurais e 20% na área urbana (DOMINGOS MARTINS, 2011).

O distrito de Santa Isabel é um dos lugares mais antigos do município; inicialmente era a sede, contudo, perdeu sua posição e atualmente sua economia está estacionada, mas com perspectivas de crescimento graças ao turismo. Ao lado da BR 262 e da Estrada de Ferro Leopoldina, foi centro logístico e canteiro de obras da rodovia; de sua população, uma boa parte é de funcionários aposentados do antigo DNER (Departamento Nacional de Estradas e Rodagem). Em 2006, o Distrito de Biriricas foi retirado do distrito de Santa Isabel.

Já a sede, Domingos Martins, conta com comércio e setor de serviços desenvolvidos, além de uma indústria de refrigerantes. Região mais desenvolvida do município, conta hoje com um grande atrativo turístico. Graças a este desenvolvimento, atualmente, têm atraído famílias de classe média de Vitória para terem uma casa na região rural, mas ainda próximas ao centro.

O Distrito de Paraju é o que possui um maior contingente populacional. Ligado diretamente à BR 262, esta região apresenta um grande potencial turístico e um crescimento imobiliário. Trata-se de um importante centro de convivência entre italianos e alemães, pois as duas etnias estão ali presentes.

Majoritariamente pomerano, o distrito de Melgaço se originou das caravanas de mula que seguiam de Santa Leopoldina para Afonso Cláudio e Minas Gerais. Distrito essencialmente agrícola.

A exuberante paisagem da Pedra Azul faz parte do distrito de Aracê. Devido a esta paisagem magnífica a região tem atraído turistas, sendo diferenciada pela presunção de luxuosos hotéis, sem contar os condomínios fechados. Tudo isto tem desenvolvido na região o turismo e o setor de serviços especializados para atender a este consumidor mais refinado.

Localizado a cerca de 45 km de distância da capital, Vitória, o município possui uma economia pautada na agropecuária, sobretudo no cultivo de café, banana, morango, produtos hortifrutigranjeiros, entre outros. Esse tipo de economia é responsável por gerar emprego e renda para os habitantes dessa localidade.

A floricultura mantém grande relevância para a economia local, pois parte a maior parte de sua produção destina-se ao abastecimento do mercado estadual e até mesmo de outros estados, como Minas Gerais (INCAPER, 2011). A avicultura figura entre uma das atividades essenciais entre os habitantes do município. Segundo o Incaper,³ essa modalidade compreende 25% da produção total de frango de corte capixaba. Conseqüentemente a produção de ovos também possui números significativos para a economia local. Além disso, ainda hoje é possível perceber os traços da colonização organizada em pequenas propriedades, uma vez que 90% das propriedades agrícolas existentes no município caracterizam-se como de pequeno porte, com o predomínio da agricultura familiar. (INCAPER, 2011)

Nesse sentido, o agroturismo também possui grande importância para a economia local. Caracterizada pelo clima ameno, na região encontra-se diversos hotéis, pousadas e até mesmo fazendas e sítios particulares voltados para esse mercado. Aproximadamente 40 instalações oferecem ao turista o conforto das grandes cidades, aliados à simplicidade do campo. Do mesmo modo, há muitas opções gastronômicas na região com pratos típicos dos imigrantes alemães e italianos. Entre os atrativos da região estão os parques, cachoeiras e corredeiras. O que fornecem ao turismo da região uma gama de possibilidades, desde o turismo no campo, até o turismo de aventura. Escaladas, rafting, arvorismo, e caiaque são alguns dos esportes oferecidos pela região, tudo isto em meio à mata ainda preservada.

³ O Incaper é o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, cujo objetivo consiste em auxiliar as famílias rurais do Estado do Espírito Santo.

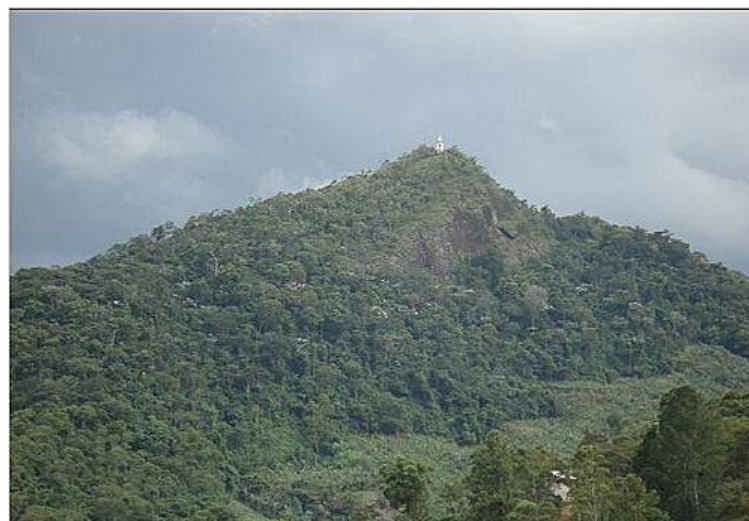
O Parque Estadual de Pedra Azul, além de símbolo do município e importante atrativo turístico, é uma unidade de conservação ambiental sob responsabilidade do Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA). Além da Pedra Azul, são importantes pontos turísticos o Orquidário Kautsky, o Pico Eldorado e a Reserva Bremenkamp, como mostram as fotos abaixo.

Foto 1. Parque Estadual Pedra Azul



Fonte: Setur/ES, 2005

Foto 2. Pico Eldorado



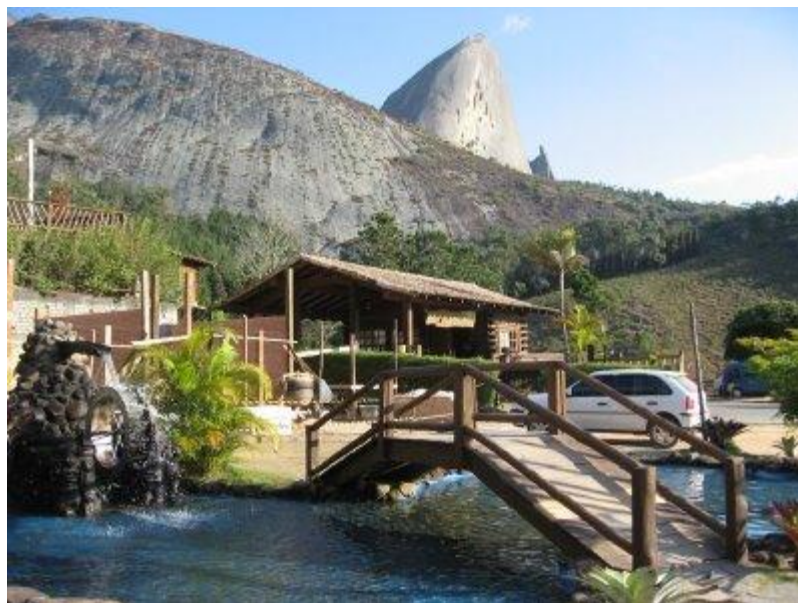
Fonte: Setur/ES, 2005

Foto 3. Orquidário Kautsky



Setur/ES, 2005

Foto 4. Reserva Bremenkamp



Fonte: Prefeitura Municipal de Domingos Martins (2011)

Foram formados quatro circuitos turísticos: Orgânicos & Naturais, Vale da Estação, Chapéu e Galo. As principais festas da região e que atraem uma quantidade considerável de turistas são: Festa do Morango, Blumenfest, Festival de Inverno,

Festa do Vinho, Sommerfest, Temporada de Inverno, Expoflor, entre outras. Estas festas têm como base a cultura pomerana e italiana.

Importantes monumentos históricos são: a antiga estação ferroviária, a casa dos Soyha, a Igreja Matriz de Santa Isabel, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana de Domingos Martins, a capela da Imaculada Conceição, o Museu Histórico e Casa da Cultura, e a praça na sede em Campinho.

Foto 5. Matriz de Santa Isabel



Fonte: Setur/ES, 2005

Foto 6. Igreja Evangélica de Confissão Luterana



Setur/ES, 2005

Todas as construções históricas que a cidade possui são de inspiração alemã ou italiana. Importante marco é a Igreja Luterana na praça central em Domingos Martins, uma das únicas igrejas do país dessa confissão religiosa a estar na praça central, local geralmente reservado, nos períodos colonial e imperial para edificação de igrejas católicas. Outro marco significativo é o Museu Histórico que mostra um pouco da imigração, o cotidiano dos imigrantes ao chegarem e se estabelecerem na região. As fotos a seguir mostram a influência alemã na arquitetura da localidade:

Foto 7. Praça de Domingos Martins



Fonte: Prefeitura Municipal de Domingos Martins (2011)

Foto 8. Casas em Domingos Martins



Fonte: Prefeitura Municipal de Domingos Martins (2011)

O município de Domingos Martins tem em torno de 43% da cobertura vegetal, sendo um dos mais preservados do estado. Seu relevo é bastante acidentado possuindo muitas cadeias rochosas e apenas 15% de área plana. Por isto consegue conservar seus mananciais de água. Seus rios são em maioria encachoeirados, mais um dos atrativos da região, além de contribuir com a geração de energia.

O principal rio que banha o município é o Jucu, formado pelo Braço Norte e pelo Braço Sul. Nele fica a única hidroelétrica do município, a segunda a ser construída no estado.

Com aproximadamente 31.824 habitantes (IBGE, 2010), o município de Domingos Martins ocupa a 35ª posição no ranking municipal relativo ao Índice de Desenvolvimento Humano (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2009).

É interessante perceber a crescimento e desenvolvimento da localidade. Voltando no tempo vê-se como a cidade ganhou cara de cidade grande, mas claro, preservando os ares de vilarejo interiorano. As fotos a seguir mostram como era a região de Domingos Martins em meados do século XX.

Foto 9. Vista parcial de Domingos Martins em 1966



Fonte: Acervo Casa de Cultura de Domingos Martins (2011)

Foto 10. Vista geral de Domingos Martins em 1966



Fonte: Acervo Casa de Cultura de Domingos Martins (2011)

4.3. Sabores do passado na mesa do presente: hábitos alimentares no Município de Domingos Martins – resultados da pesquisa de campo

Como já vimos, na região do atual município de Domingos Martins foi fundada a primeira colônia alemã do Espírito Santo (na época essa colônia tinha o nome de Santa Isabel), com suas 39 famílias (16 protestantes e 23 católicas). Esses colonos que chegavam foram subindo a serra pelas margens do Braço Norte do rio Jucu e em 27 de janeiro de 1847 se instalaram na Serra da Boa Vista. Porém esses imigrantes quando chegaram à região não trouxeram consigo apenas força de trabalho, mas também costumes, cultura e hábitos. Para descobrir se a “Cidade Verde”, como também é conhecida Domingos Martins por conta de sua riqueza em flora, ainda preserva traços da alimentação dos imigrantes alemães fez-se necessário ir até a localidade. Bebendo-se da metodologia da história oral optou-se por fazer uma coleta qualitativa das falas dos depoentes. Para tanto se aplicou um questionário com perguntas abertas e fechadas. Porém, mais do que fazer uma entrevista o objetivo era coletar os relatos, deixar o entrevistado à vontade para informar tudo o que considerasse pertinente. Todos os entrevistados foram pessoas que possuíam alguma ligação com a preservação, resgate ou fomento da cultura, identidade e história da região. O primeiro lugar onde se conseguiu informações valiosas foi na Casa de Cultura.

Foto 11. Casa de Cultura de Domingos Martins



Fonte: Prefeitura Municipal de Domingos Martins (2011)

A Casa de Cultura de Domingos Martins funciona como um espaço de acervo museológico, mas também como um local destinado ao fomento de empreendimentos que visem o resgate da cultura imigrante. Há uma grande sala no andar térreo, destinada às aulas de alemão para crianças e adolescentes. Na Casa de Cultura foi possível coletar algumas informações sobre a busca pelo resgate da memória dos imigrantes. Segundo a atendente do local:

A Casa de Cultura é um espaço que preserva as tradições. Aqui a gente tenta o tempo todo colocar as pessoas em contato com as coisas dos imigrantes, por isso têm as aulas de alemão, têm os grupos folclóricos, têm as reuniões das senhoras para bordar. Porque a gente estava vendo que as pessoas mal sabiam sobre suas origens (Entrevistado A, 2012).

Pela fala da entrevistada observou-se uma preocupação com o resgate das raízes culturais. Sendo essa mesma entrevistada, a mãe dela era responsável por orientar jovens no trabalho do bordado. Ainda da Casa de Cultura encontrou-se uma senhora que faz parte do grupo de mulheres que bordam tecidos. Ao ser questionada sobre as práticas alimentares e as influências da imigração ela diz:

Bom, cozinhar eu sei. Faço algumas coisas, mas nada muito difícil. Faço arroz, feijão. Mas é de imigrante que você quer saber, né? Ah, eu faço macarrão, torta de maçã. Mas chucrute eu não sei fazer não. Na verdade eu nem gosto muito. O pessoal jovem curte coisa de jovem, sabe? Adolescente vai ser assim em qualquer lugar (Entrevistado A, 2012).

Essa fala da entrevistada faz total sentido quando relacionada com o medo dos mais velhos de que as tradições culturais acabem. Fato que se pode comprovar ali mesmo na Casa de Cultura. Encontrou-se lá uma senhora que faz parte do grupo de mulheres bordadeiras. Quando se perguntou para ela sobre a alimentação com influência dos imigrantes ela respondeu:

Ah, eu faço muitas coisa na minha casa, para os meus filhos, pro meu marido. Eles gostam de pães, de salsichas... Mas o que eles mais gostam é de Knödel. Eu tento ensinar para as minhas filhas, porque a mulher precisa aprender a cuidar da casa e fazer comida alemã. Mas hoje os jovens estão meio rebeldes. A minha filha não faz coisa errada não. Mas ela acha que não precisa aprender a fazer as comidas típicas da Alemanha porque tem muitas comidas no supermercado. Por isso eu sempre tento fazer ela participar dos eventos da Casa de Cultura, pra ela ter mais proximidade com a história dos nossos antepassados (Entrevistado B, 2012).

O pensamento dessa senhora é um exemplo da preocupação dos adultos e idosos com a permanência das tradições culturais. Vale dizer que a memória deve ser vista como um elemento essencial à construção da identidade individual ou coletiva e cuja busca sempre orientou as atividades dos indivíduos e das sociedades. Por isso observou-se na pesquisa tanto empenho no resgate da memória a partir da cultura.

Tendo a concordar com Santos ao dizer que

Memória não é algo do passado, é um fenômeno que traz em si um sentimento de continuidade e de coerência, seja ele processado individualmente ou em grupo [...] torna-se o fator preponderante para o entendimento de sentimento de identidade (SANTOS, 2010, p. 83).

Para complementar essa visão sobre a memória, podemos afirmar que a identidade de um país, estado ou cidade se faz com memória individual e coletiva. E assim Jarek complementa dizendo que:

Somente quando a sociedade resolve preservar e divulgar seus bens culturais é que se inicia o processo de construção de seu *éthos* cultural e de sua cidadania. No contexto desta cidadania está inserido o direito à memória. Mas o que isto significa? Significa que todos devem ter acesso aos bens materiais e imateriais que representem o seu passado, suas tradições, a sua história. Os bens preservados não representam a nostalgia centrada apenas no sentimento de perda, mas representativos, de acordo com Paoli (1992), da elaboração do passado como experiência coletiva de formação da cultura e da sociedade e como formador de identidades (JAREK, 2007, p. 189).

Sendo assim, compreende-se a importância da memória para a manutenção e permanência de práticas relacionadas aos hábitos dos imigrantes.

Em seguida conversou-se com um dos professores que ministra aulas de alemão na Casa de Cultura. Para ele a língua alemã é vital para as crianças e adolescentes, pois é a forma dos mesmos manterem contato com a cultura da qual vieram. Nas palavras dele:

As iniciativas aqui em Domingos Martins são ótimas. Essas aulas mesmo de alemão... Isso ajuda às crianças a terem contato com um ponto da cultura da qual eles fazem parte. Agora, ainda há muito pra fazer. Você que está pesquisando sobre alimentação, você vai ver que as pessoas estão perdendo esse interesse pelos pratos típicos. Tem gente que chega a dizer que não gosta. Mas também, muitas pessoas nem sabiam mais fazer as comidas alemãs. Ainda bem que a dona Ilda e o Joel estão à frente das coisas, buscando fazer esse resgate das tradições. São eles que lideram tudo. Eles lutam muito e a gente que também apoia vai atrás (Entrevistado C, 2012).

Em virtude da relevância e atuação na região entrevistou-se a senhora Ilda e o senhor Joel. Por meio do relato deles pode-se compreender um pouco dessa busca pelo resgate da memória e identidade cultural alemã. Ocorre que no início da década de 1980 pessoas ligadas à história, ao patrimônio e à cultura dos imigrantes perceberam que se estavam perdendo as raízes alemãs. Pessoas como Joel e Dona Ilda ficaram preocupadas, pois muitos já não falavam mais os dialetos alemães, não sabiam mais fazer as comidas típicas, estavam assim perdendo a sua identidade social e, possivelmente, recriando outras. Pela fala dos entrevistados parece que a situação pode se relacionar ao pensamento de Jarek ao dizer que:

Sem a memória não se consegue situar-se na própria cidade, e acaba-se perdendo o elo afetivo da relação habitante–cidade e assim sentimo-nos deslocados e confusos. Esta perda de referenciais históricos e culturais, pautados na memória da cidade, nos dá uma estranha sensação de que somos “estrangeiros” em nossa própria casa, e aí nos restam apenas os lugares que o poder econômico dos setores dominantes construiu ou escolheu para manter como símbolo de uma memória única e excludente que não favorece a multiplicidade de memórias e identidades presentes em uma cidade (JAREK, 2007, p. 189)

Sendo assim, essas lideranças culturais buscaram reverter a situação. Para tanto, criaram um grupo folclórico em fins da década de 1990. Domingos Martins foi pioneiro, pois foi no município que surgiu:

[...] o primeiro grupo folclórico de danças europeias surgido no Espírito Santo. Ele é de origem alemã e chama-se Bergfreunde (Os Amigos da Montanha). Já está com mais de dez anos de existência e inspirou os demais que surgiram depois, na maioria das regiões habitadas por descendentes de alemães, pomeranos, italianos, portugueses e poloneses. Os seus idealizadores, Wernner Bruske e Gerlinda Braun, fazem parte de uma geração que resolveu resgatar a cultura de seus antepassados. Uma ideia que nasceu do fato de a Segunda Guerra Mundial ter, com a perseguição feita aos alemães, levado os antigos imigrantes a esquecer suas tradições.

"Eu nasci numa época em que era uma vergonha revelar a condição de descendente de alemão", confessa Wernner. Ao mesmo tempo ele acha que o surgimento do grupo representou uma mudança de vida para os jovens da região. "Eles passaram a ter contato mais permanente com a sua própria cultura e a valorizá-la", diz.

Mas não é só no plano da valorização cultural que o grupo de dança influencia. Hoje, ele é tido como um dos melhores do país, atendendo pedidos de apresentação em vários estados, notadamente os da região de imigrantes europeus do Sul. Em decorrência dele,

surgiu também em festa Domingos Martins: a Sommerfest. Trata-se, na verdade, do Festival da Imigração Alemã.

Tanto Wernner como Gerlinda rendem suas homenagens pela existência do grupo ao historiador Joel Guilherme Velten. Dizem que foi ele, a partir da criação da Casa da Cultura, onde se encontra o acervo da colônia alemã, que deu início ao processo de valorização da cultura do imigrante alemão.

Grupos de dança folclórica alemã são atração em várias cidades colonizadas na mesma época, em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Quase todas essas cidades têm seu festival da cerveja, com dança e comida típica, como acontece em Blumenau, Santa Catarina, com a Ocktoberfest, a mais famosa. Os grupos são muito incentivados pelos descendentes de imigrantes, quase sempre obtendo apoio material das lideranças culturais das colônias, porque representam uma forma eficaz de divulgação das tradições alemãs. Além de possibilitar renda extra para as prefeituras dos municípios, pois têm sucesso garantido, atraindo turistas de todo o país, da Alemanha e de outros países europeus (SÉCULO DIÁRIO, s.d).

Essa reportagem do jornal *on line Século Diário* resume bem a fala do senhor Joel quando diz que:

Na década de 1980 ainda sofriamos consequências da Segunda Guerra Mundial, pois muitas pessoas haviam deixado de falar alemão e de praticar sua cultura naquela época (Entrevistado D, 2012).

O grupo folclórico foi de extrema importância, uma vez que a partir dele conseguiu-se impulsionar a abertura da Casa de Cultura. Para o funcionamento desta, os líderes culturais foram à casa de cada morador de Domingos Martins e regiões adjacentes para conseguir fotos antigas, cartas, roupas, utensílios, ou seja, todo o artefato para a montagem do acervo museológico da Casa de Cultura. De fato o grupo folclórico tentava promover aqui o que era pertinente ao folclore da região, uma vez que se entende folclore como sendo:

O conjunto das criações culturais de uma comunidade, baseado nas suas tradições expressas individual ou coletivamente, representativo da sua identidade social. Constituem-se fatores de identificação da manifestação folclórica: aceitação coletiva, tradicionalidade, dinamicidade, funcionalidade (UNESCO, 1995, p. 17).

Vale mencionar que uma das principais características do folclore é a tradicionalidade, ou seja, a continuidade de representações do passado. Desta maneira os fatos novos são inseridos, mas sem provocar uma descontinuidade das práticas antigas. Outra característica do folclore, que pode ser vista no caso de

Domingos Martins, é o fato de ele ser dinâmico e mudar de acordo com as transformações sociais, sendo assim ele é tal como a cultura: mutável e maleável. As manifestações folclóricas são, desta forma, a (re)criação de uma das práticas culturais de um povo.

O Grupo Folclórico de Domingos Martins viu a necessidade de compreender melhor essas práticas culturais alemãs. Para tanto, contaram com o apoio de grupos de folclore e cultura de Gramado/RS:

De acordo com Gerlinda, responsável pela coreografia do "Bergfreunde", a preparação do grupo se deu através de alguns anos de intercâmbio com grupos de Gramado, além de cursos também realizados no Rio Grande do Sul, um estado que ela considera "difusor de grupos de origem alemã pelo Brasil afora" (SÉCULO DIÁRIO, s.d).

Em termos de dança o Grupo Folclórico de Domingos Martins é primoroso, pois:

Hoje, o grupo de Domingos Martins apresenta 100 danças diferentes. Da região mesmo tem o Fuftzenn, a chamada dança dos 15 passos. Mas ainda não conseguiram resgatá-la. Para isso andam conversando com os mais antigos, pois essa dança era tradição na região. O grupo ensaia todos os fins de semana. Para se ter ideia do seu significado para a comunidade, Gerlinda diz que o grupo representa a sua própria razão de viver. (SÉCULO DIÁRIO, s.d).

Os líderes culturais perceberam ainda que as pessoas não sabia mais produzir receitas típicas da culinária alemã. Então se teve a ideia de fomentar e difundir a gastronomia alemã. Assim, dona Ilda foi até Gramado/RS para aprimorar suas técnicas de preparo, aprender novas receitas e relembrar aquelas que a memória já tinha levado. Junto com dona Ilda foram dois casais do grupo folclórico, também destinados a aprender receitas alemãs. Essa viagem ocorreu por volta de 1984. Quando retornaram a Domingos Martins, essas pessoas passaram a difundir a culinária alemã na região. Até que em 1987, por conta dos 140 anos de colonização da região, planejou-se uma festa. O objetivo era divulgar para os habitantes da cidade e das localidades próximas as receitas de origem alemã.

E assim nasceu a Sommerfest – Festival da Imigração Alemã. A primeira foi modesta e sem grandes pretensões, mas o evento tomou corpo e hoje ocupa o calendário festivo do Espírito Santo. No ano de 2012, data de conclusão desta dissertação, a festa completou seus 23 anos. Hoje está mais moderna, com um grande público que se diverte entre música, dança e gastronomia típica. A

Sommerfest é o momento ideal para se apreciar a gastronomia alemã. Podem-se saborear os mais tradicionais pratos típicos ao longo de todo o evento. É possível encontrar tranquilamente einsbein, kassler e salsichas servidas com chucrute e batatas. Para a sobremesa a pedida é o famoso apfelstrudel (folhado de maçã), mas também há espaço para o Kuchen (pão coberto com açúcar e canela). Para se ter uma ideia da grandiosidade da Sommerfest e como ela movimenta o município seguem algumas fotos.

Imagem 2. Folder de divulgação da Sommerfest 2012

Sommerfest
1847 2012
XXIII Festival da Imigração Alemã

Domingos Martins - ES
03 / 04 e 05 de Fevereiro de 2012

Lustig sein heit leben.
Ser Alegre é Viver.

Programação:

Sábado - 21 de Janeiro
20horas - "Deutsche Nacht" e Eleição da Rainha XXIII Sommerfest 2012 - AGROTUR CENTER - Centro de Domingos Martins

Sexta-feira - 03 de Fevereiro
16horas - Celebração Ecumênica no Marco da Colonização / BR 262 - Birricas
17horas - 1ª Etapa do Concurso do Lenhador - Coreto da praça Dr. Arthur Gerhardt
20horas - Abertura Oficial do Evento - Coreto da praça Dr. Arthur Gerhardt
20horas30minutos - Apresentação do Grupo Cultural Martinense - Praça de Alimentação
22horas - Apresentação da Banda Os Germanos - Palco
24horas - Apresentação da Banda Cavalinho - Palco

Sábado - 04 de Fevereiro
06horas - Alvorada - Ruas da cidade
10horas - Homenagem ao Imigrante alemão - Praça Dr. Arthur Gerhardt
12horas - Apresentação Banda de Metais - Praça de Alimentação
13horas30minutos - Apresentação de Dança Folclórica
14horas30minutos - Apresentação da Banda Os Pomeranos
16horas - 2ª Etapa do Concurso do Lenhador
18horas - Apresentação do Grupo Cultural Martinense - Praça de Alimentação
19horas - Apresentação de Dança Folclórica - Coreto
21horas - Apresentação da Banda Frrliche - Palco
22horas - Apresentação da Banda Cavalinho - Palco
24horas - Apresentação da Os Germanos - Palco

Domingo - 05 de Fevereiro
10horas - Desfile Cultural
12 horas - Apresentação da Banda de Metais
14 horas - Apresentação de Dança Folclórica
16horas - Apresentação da Banda Frrliche
17horas - Final do concurso do Lenhador
18horas - Apresentação da Banda Os Pomeranos - Palco
20horas - Apresentação da Banda Os Germanos
22horas - Apresentação da Banda Cavalinho

Realização:

Prefeitura Municipal de Domingos Martins
Secretaria de Cultura e Turismo

Não Jogue em via pública - RECYCLE

Fonte: Prefeitura Municipal de Domingos Martins (2011)

Foto 12. – Início da Sommerfest 2012



Fonte: Prefeitura Municipal de Domingos Martins (2012)

Foto 13. Apresentação de dança na Sommerfest 2012



Fonte: Prefeitura Municipal de Domingos Martins (2012)

Foto 14. Desfile de início da Sommerfest 2012



Fonte: Prefeitura Municipal de Domingos Martins (2012)

Foto 15. Participação das crianças na Sommerfest 2012



Fonte: Prefeitura Municipal de Domingos Martins (2012)

Foto 16. Público à noite na Sommerfest 2012



Fonte: Prefeitura Municipal de Domingos Martins (2012)

Foto 17. Apresentação musical na Sommerfest 2012



Fonte: Prefeitura Municipal de Domingos Martins (2012)

A Sommerfest é o principal evento de divulgação e resgate da cultura alemã no Espírito Santo. A festa ocorre anualmente e desde a sua primeira edição só não foi realizada por dois anos, pois o município passava por reformas de suas ruas, inviabilizando o evento. A Sommerfest não se constitui apenas numa festa de Domingos Martins, mas sim num evento esperado ao longo dos anos por muitos capixabas. Ademais, a proximidade de Domingos Martins com a cidade de Vitória favorece a participação do público na festa. Como o ocorre em outras celebrações, como a Festa da Polenta do Município de Venda Nova do Imigrante (que promove a cultura italiana), na Sommerfest, com o passar do tempo, novos atrativos foram criados, como o Concurso do Lenhador e a Coroação das Rainhas e Princesas da Festa. Essas atrações não têm o objetivo de reproduzir as práticas dos imigrantes do passado. Na bibliografia pesquisada não se encontrou menção alguma a concursos para eleger a menina mais bela dentre as famílias alemãs.

Foto 18. Concurso do Lenhador 2012



Fonte: Prefeitura Municipal de Domingos Martins (2012)

Foto 19. Rainha e Princesa 2012



Fonte: Prefeitura Municipal de Domingos Martins (2012)

Ações como esta surgem para conquistar mais público, trazer as pessoas para o evento e obviamente causar diversão. No entanto, representam mais que isso. Pode-se pensar que fatos como esses sejam criados também para proporcionar a participação dos próprios habitantes da localidade, ou seja, fazer os jovens se aproximarem da Festa e, logo, das tradições alemãs. Quando se cria um concurso como o do Lenhador, vários homens daquela comunidade participam. Assim como um concurso de beleza para o qual várias meninas se prepararam ou serão influenciadas por suas famílias para concorrerem. Desta forma, tem-se que essas ações são vistas ou como simples práticas de entretenimento ou são criadas exatamente para causar o envolvimento da comunidade e assim despertar e até mesmo afirmar o sentimento de pertencimento ao grupo. Ao tratar sobre a cultura gastronomia na região de Domingos Martins é válido trazer a tona a discussão de Maysaa Ibrahim. Segundo a qual:

Não podemos esquecer que as festas, as danças e principalmente a gastronomia, representam a mais alta expressão e o comportamento dos diversos grupos culturais. Um legado monumental não representa de forma crua a realidade de um povo. Enfatizando um pouco mais sobre a gastronomia, um dos elementos essenciais para entender uma cultura, podemos afirmar que ela se baseia no que a terra e o clima juntos fornecem ao povo de determinado local e que de acordo com isso, este povo vai criando novas maneiras de utilizar

o produto da terra, adaptando-o e aperfeiçoando seu consumo, passando seus métodos de geração a geração. E esperto é aquele que mantém sua identidade, mesmo com a globalização e essa mescla de culturas ou imposições de países desenvolvidos (IBRAHIM, 2006, p. 2).

E na pesquisa de campo pode-se comprovar exatamente o que afirma a pesquisadora Maysaa Ibrahim. Retomando seu raciocínio, pode-se compreender sua ideia:

Em festas, celebrações, pequenas reuniões, entre outros, o alimento está fortemente presente, como essência de todos os acontecimentos. Parece que ele tem enorme poder psicológico sobre as pessoas, pois as une e promove entre elas ligações antes inexistentes; portanto o alimento transforma o homem de biológico a social e o torna diferente de outros animais, pois lhe fornece o contato com outros povos e cultura. O homem é tão civilizado como se vê hoje graças ao alimento (IBRAHIM, 2006, p. 6).

5. CONCLUSÃO

Diante do que foi abordado nesse trabalho pode-se registrar a importância gastronômica como elemento de resgate das tradições e da identidade. Como vimos, o Grupo Folclórico de Domingos Martins dirigiu-se até Gramado/RS tendo em vista a necessidade de aprender e aprimorar receitas típicas alemãs. Sendo assim, compreende-se a gastronomia como uma das principais formas de criar no sujeito uma relação com a cultura e com a história. A cultura de um povo é constituída para além dos patrimônios materiais “de pedra e cal”, assim um monumento gera uma repercussão menor da identidade de um indivíduo se comparado com o sentimento proporcionado pela comensalidade.

Diante disso, parece ser completamente plausível dizer que a gastronomia foi também a responsável por esse resgate da identidade alemã dos habitantes de Domingos Martins. Compreende-se que nem todas as pessoas são atingidas por ações como estas. Alguns não mudaram sua forma de ser ou de agir por conta das investidas, como a do grupo folclórico. Porém, ao se analisar a Sommerfest e demais ações em Domingos Martins, como o ensino de alemão para crianças e jovens e os cursos de culinárias alemã ministrados pela dona Ilda Braum, percebe-se que a gastronomia propiciou identidade não só entre os moradores de Domingos Martins, mas em todo o Estado do Espírito Santo. Hoje, grande parte dos capixabas valoriza suas origens e não se envergonha de descender de imigrantes. E não era para menos. O estado foi colonizado por diversas etnias, a exemplo da alemã e da pomerana. Ocorre que por vezes as raízes e as memórias vão se perdendo. Sendo então necessárias ações como a Sommerfest e demais práticas, para promover esse sentimento de pertencimento a um grupo.

Desta forma entende-se que a gastronomia enquanto elemento cultural, parte das relações sociais, imersa de simbolismo e carregada não apenas de temperos, mas também de poder, deve ser vivenciada na prática aquilo que se coloca na teoria. Desta forma, retoma-se o próprio estado da arte, em seu sentido mais *scriptu*, no tocante a gastronomia, isto é, o domínio do saber comer e beber bem. Entendendo esse bem não como luxo ou ostentação, mas sim, de acordo com os códigos de

valores morais e sociais ditados pela sociedade cujo sujeito compõe. Códigos esses, em geral, não escritos, datados e postulados, mas sim códigos de valores informais de convivência.

Como discorrido neste trabalho, a gastronomia é cultura, é tradição, é identidade. Ela compõe as raízes fortemente fincadas de um povo que mantém viva sua cultura enquanto as panelas estiverem destampadas. Um povo que busca passar a cada geração ensinamentos de vida, aprendidos no cotidiano, como é o caso da culinária. É exatamente esse aspecto cultural, o gastronômico, que contribui para o fortalecimento de uma sociedade. Tal característica mostra-se forte, a ponto de resistir as mudanças sociais as quais tentam homogeneizar os sujeitos, padronizando-os e resignando-os. Ao contrário, a gastronomia mostra que os indivíduos são únicos, cada qual com uma identidade, pensamento, ideal e por que não dizer, com seus próprios modos de cozinhar.

Observou-se nesta pesquisa que a gastronomia serviu em Domingos Martins como elo entre as pessoas e entre estas e a sua cultura. Assim, a partir das entrevistas coletadas percebeu-se que somente as danças e as músicas não foram suficientes para criar no sujeito um sentimento de identidade. Foi necessário o viés gastronômico, o uso e a difusão de receitas típicas e as práticas alimentares para colocar na mesa do presente as memórias do passado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Thiago Zanetti. *Imigração estrangeira no jornal A Província do Espírito Santo (1882/1889)*. 2007. Dissertação. Programa de pós-graduação em História Social das Relações Políticas. Vitória: UFES, 2007.

BASTOS, Fabíola Martins. *Relações sociais, conflitos e espaços de sociabilidade: formas de convívio no Município de Vitória, 1850-1872*. 2009. 197 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

BRANDENBURGER, Clemente. *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, Tomo 98, v. 152, 1925, p.481-487.

BUSADIN, Leandro Benedini. O conceito de estrutura em Lévi-Strauss: empréstimos da linguística e afastamento da história. *Revista História e-História*. UNICAMP, 2010. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&id=101>> Acessado em 13 de fevereiro de 2012.

CAMPOS, Mintaha Alcuri; COSTA, Maria Cilda Soares da; FRANCO, Sebastião Pimentel; HEES, Regina Rodrigues. *Correntes imigratórias no Espírito Santo: alemães, italianos e libaneses: uma visão didática para o ensino fundamental e médio*. Vitória, ES: EDUFES, 1999.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. *Conflitos, crimes e resistência: uma análise dos alemães e teuto-descendentes através de processos criminais (Juiz de Fora - 1858/1921)*. 2004. 222 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

CASA DE CULTURA DE DOMINGOS MARTINS. *Acervo iconográfico*. Sem catalogação. 2012.

CASTIGLIONI, Aurélia Hermínia et. al. *Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora*. Vitória: Edufes, 1998.

COLATUSSO, Denise. *Imigrantes alemães na hierarquia de status da sociedade luso-brasileira (Curitiba, 1869-1880)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, 2004. Curitiba, 2004.

COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. 1830, 1834.

DIAS, Alessadro Andrele Eller; PINHEIRO, Philipi Gomes Alves. *Do mar para a mesa: sabores e tradição da Moqueca Capixaba*, 2012, mimeo.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidentes de Província. *Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo o Doutor Luiz Pedreira do Couto Ferraz na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de Março de 1848*. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>>. Acesso em: 25 de Janeiro de 2012.

FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart; SILVA, Tomaz Tadeu da; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2004.

HEES, Regina Rodrigues; FRANCO, Sebastião Pimentel. *A República e o Espírito Santo*. Vitória: Multiplicidade, 2005

IBRAHIM, Maysaa. A gastronomia como mais alta expressão de um povo. In: *Revista de estudo turísticos*, n. 23. 2006.

INCAPER. *Programa de assistência técnica e extensão rural PROATER (2011 – 2013) Domingos Martins*. Disponível em: <http://www.incaper.es.gov.br/proater/municipios/Centro_cerrano/Domingos_Martins.pdf> Acesso em: 25 de Janeiro de 2012.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. *Perfil Municipal – Sudoeste Serrana - Domingos Martins. Microrregião Administrativa 4*. Vitória, ES, 2009. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/images/flippingbook/perfil2009/Sudoeste_Serrana/Domingos_Martins_2009.pdf> Acesso em: 25 de Janeiro de 2012.

JAREK, Gisele Lütke. Cidades, culturas, memórias e identidades: uma proposta em educação patrimonial. *Revista Ágora*. Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 2, 2007, p. 180-191.

JOCHEM, Toni Vidal. *A formação da colônia alemã Teresópolis e a atuação da igreja católica (1860-1910)*. Dissertação de mestrado. Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

LAPLANTINE, François. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Zahar. Rio de Janeiro, 1986.

MARTINUZZO, José Antonio. *Germânicos nas terras do Espírito Santo – Deutschsprachige im bundesstaat Espírito-Santo*. Vitória, ES: Governo do Estado do Espírito Santo, Secretaria da Cultura, 2009.

MEIRA, Danilo Christiano Antunes. Clifford Geertz: o impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem. *Jurisciência*, 2008. Disponível em: <<http://www.jurisciencia.com/artigos/clifford-geertz-o-impacto-do-conceito-de-cultura-sobre-o-conceito-de-homem/73/>>. Acessado em 13 de fevereiro de 2012.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo/Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS. *Sommerfest: fotos*, 2012. Disponível em: <<http://www.domingosmartins.es.gov.br/#>> Acesso em: 01 de Março de 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS. *Turismo*. 2012. Disponível em: <<http://www.domingosmartins.es.gov.br/#>> Acesso em: 10 de Novembro de 2011.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. *A interiorização da capital pela Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo*. Dissertação de mestrado. 2008. Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2008.

RAASCH, Silas. *A colônia de Santa Isabel e seus imigrantes (1847-1889)*. Dissertação de Mestrado. UFES. 2010.

ROCHA, Gilda. *Imigração estrangeira no Espírito Santo 1847-1896*. Vitória: [s.n.], 2000.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. 2 v.

SALETTTO, Nara. *Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: EDUFES, 1996.

SANTANA, Nara Maria Carlos de. Colonização alemã no Brasil: uma história de identidade, assimilação e conflito. In: *Revista Dimensões*, vol. 25, 2010, p. 235-248.

SANTOS, Maria Roseli Sousa. *Entre o rio e a rua: cartografia de saberes artístico-culturais da Ilha de Caratateua, Belém do Pará*. Belém: EDUEPA, 2010.

SANTOS, Manoel Teixeira dos. *Vida e trabalho na floresta: uma análise da interação entre imigrantes e a floresta nas colônias do vale do Itajaí e norte de Santa Catarina durante a segunda metade do século XIX*. Dissertação de mestrado. 2004. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

SCHREIBER, Milagros Del Carmen Joseph de. *A gastronomia teuto-brasileira em Blumenau e Pomerode-SC: como patrimônio cultural e atrativo turístico*. Dissertação (Mestrado) Universidade do Vale de Itajaí – UNIVALI, Balneário Camboriú, 2006.

SCHUTLER, Regina G. *Gastronomia e Turismo*. Coleção ABC do Turismo. São Paulo: Editora Aleph, 2003.

SÉCULO DIÁRIO. *Etnias do Espírito Santo*. Disponível em: <<http://www.seculodiario.com/etnias/alemaes/index01.htm>> Acesso em: 05 de Março de 2012.

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia / VASCONCELLOS, Naira [Ed.] *Os alemães no sul do Brasil*. Canoas, Ed. ULBRA, 1994.

SILVA, Gustavo Noronha et al. *Estrutura e funcionalismo*. Trabalho apresentado à disciplina Antropologia do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, junho 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

TSCHUDI, Johann Jakob von. *Viagem à Província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça, 1860*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004.

WILLENS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1940.

WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. Brasília: EdUnb; São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. Identidades e memória entre teuto-brasileiros: os dois lados do Atlântico. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 205-238, nov. 2000.